



Seminário

O novo regime aplicável à reabilitação de edifícios e frações autónomas

Principais alterações introduzidas
pelo Decreto-Lei nº 95/2019

LNEC, 17 de setembro de 2019



Seminário

O novo regime aplicável à reabilitação de edifícios e frações autónomas

Principais alterações introduzidas pelo
Decreto-Lei nº 95/2019

Princípios fundamentais da reabilitação de edifícios

Raimundo Mendes da Silva

Instituto Pedro Nunes
Universidade de Coimbra

Decreto-Lei nº 95/2019

- **Estabelece** o novo “*Regime aplicável aos edifícios e frações autónomas*”
- **Revoga** o *Regime Excecional e Temporário da Reabilitação de Edifícios* (Decreto Lei nº 53/2014)

DL 53/2014 | RERE | RERU

Dispensa acrítica de múltiplas exigências regulamentares foi suportada por **dois argumentos** principais:

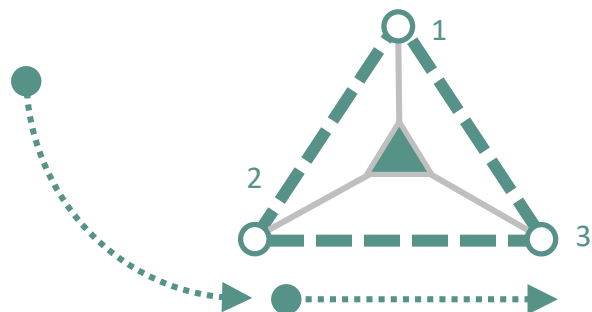
- a necessidade de reforçar e incentivar a atividade de reabilitação
- a desadequação da regulamentação à reabilitação

Decreto-Lei nº 95/2019

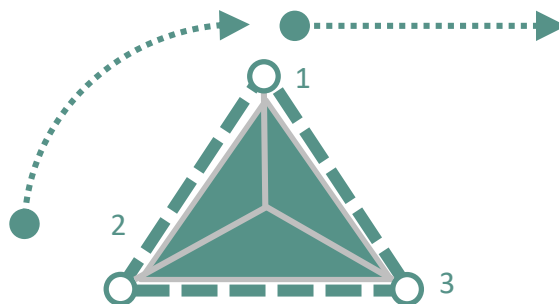
→ **Estabelece** o novo “*Regime aplicável aos edifícios e frações autónomas*”

→ **Revoga** o *Regime Excecional e Temporário da Reabilitação de Edifícios* (Decreto Lei nº 53/2014)

DL 95 / 2019 *Adequação, tecnicidade, otimização*



DL 53 / 2014 *Exceção incondicional, empirismo*



1-Desempenho funcional
2-Valor do existente
3-Sustentabilidade ambiental

DL 53/2014 | RERE | RERU

Dispensa acrítica de múltiplas exigências regulamentares foi suportada por dois argumentos principais:

- a necessidade de reforçar e incentivar a atividade de reabilitação
- a **desadequação da regulamentação à reabilitação**

Decreto-Lei nº 95/2019

- **Estabelece** o novo *“Regime aplicável à reabilitação de edifícios e frações autónomas”*
- **Consagra** os *três princípios fundamentais* da reabilitação de edifícios
- **Altera** o *paradigma* da regulamentação da reabilitação, rumo ao código da construção
- **Abre caminho** a *novas soluções e abordagens* para a funcionalidade, conforto e segurança
- **Estabelece** como regulamentos nacionais os *Eurocódigos estruturais* e baliza a *reabilitação sísmica*

Princípios fundamentais da reabilitação de edifícios (DL 95/2019)

- Princípio da proteção e valorização do existente
- Princípio da sustentabilidade ambiental
- Princípio da melhoria proporcional e progressiva

Decreto-Lei nº 95/2019

Estrutura e conteúdos

- Os princípios fundamentais da reabilitação
- As alterações aos atuais regulamentos
- A definição das portarias, despachos e métodos de cálculo ou apoio que o operacionalizam

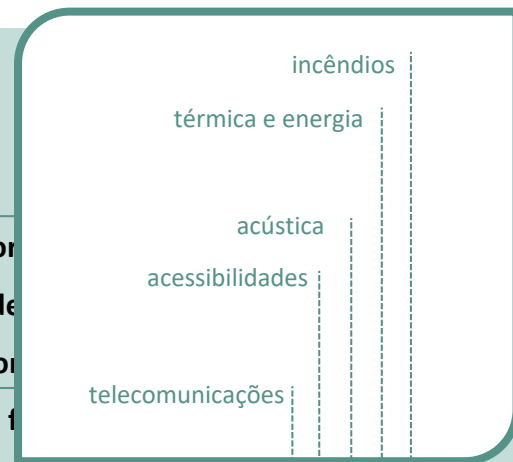
CAPÍTULO I	1	Objeto
Disposições gerais	2	Âmbito de aplicação
	3	Definições
CAPÍTULO II	4	Princípio da proteção e valorização do existente
Princípios fundamentais da reabilitação (...)	5	Princípio da sustentabilidade ambiental
	6	Princípio da melhoria proporcional e progressiva
CAPÍTULO III	7	Reabilitação de edifícios ou frações autónomas
Operações de reabilitação	8	Avaliação de vulnerabilidade sísmica
	9	Alteração ao Decreto-Lei nº 220/2008, de 12 de novembro
	10	Alteração ao Decreto-Lei nº 118/2013, de 20 de agosto
	11	Aditamento ao Decreto-Lei nº 118/2013, de 20 de agosto
CAPÍTULO IV	12	Alteração ao Decreto-Lei nº 129/2002, de 11 de maio
Alterações legislativas	13	Alteração ao Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de agosto
	14	Aditamento ao Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de agosto
	15	Alteração ao Decreto-Lei nº 123/2009, de 21 de maio
CAP V – Outras disposições	16	Aplicação dos eurocódigos estruturais
	17	Regulamentação
	18	Norma revogatória
CAPÍTULO VI	19	Norma repristinatória
Disposições finais	20	Regime transitório
	21	Entrada em vigor

Decreto-Lei nº 95/2019

Estrutura e conteúdos

- Os princípios fundamentais da reabilitação
- As alterações aos atuais regulamentos
- A definição das portarias, despachos e métodos de cálculo ou apoio que o operacionalizam

CAPÍTULO I	1	Objeto
Disposições gerais	2	Âmbito de aplicação
	3	Definições
CAPÍTULO II	4	Princípio da proteção e valor
Princípios fundamentais da reabilitação (...)	5	Princípio da sustentabilidade
	6	Princípio da melhoria propor
CAPÍTULO III	7	Reabilitação de edifícios ou f
Operações de reabilitação	8	Avaliação de vulnerabilidade sísmica
	9	Alteração ao Decreto-Lei nº 220/2008, de 12 de novembro
	10	Alteração ao Decreto-Lei nº 118/2013, de 20 de agosto
	11	Aditamento ao Decreto-Lei nº 118/2013, de 20 de agosto
CAPÍTULO IV	12	Alteração ao Decreto-Lei nº 129/2002, de 11 de maio
Alterações legislativas	13	Alteração ao Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de agosto
	14	Aditamento ao Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de agosto
	15	Alteração ao Decreto-Lei nº 123/2009, de 21 de maio
CAP V – Outras disposições	16	Aplicação dos eurocódigos estruturais
	17	Regulamentação
	18	Norma revogatória
CAPÍTULO VI	19	Norma repristinatória
Disposições finais	20	Regime transitório
	21	Entrada em vigor



Decreto-Lei nº 95/2019

Estrutura e conteúdos

- Os princípios fundamentais da reabilitação
- As alterações aos atuais regulamentos
- A definição das portarias, despachos e métodos de cálculo ou apoio que o operacionalizam

CAPÍTULO I	1	Objeto
Disposições gerais	2	Âmbito de aplicação
	3	Definições
CAPÍTULO II	4	Princípio da proteção e valorização do existente
Princípios fundamentais	5	Princípio da sustentabilidade ambiental
da reabilitação (...)	6	Princípio da melhoria proporcional e progressiva
CAPÍTULO III	7	Reabilitação de edifícios ou frações autónomas
Operações de reabilitação	8	Avaliação de vulnerabilidade sísmica
	9	Alteração ao Decreto-Lei nº 220/2008, de 12 de novembro
	10	Alteração ao Decreto-Lei nº 118/2013, de 20 de agosto
	11	Aditamento ao Decreto-Lei nº 118/2013, de 20 de agosto
CAPÍTULO IV	12	Alteração ao Decreto-Lei nº 129/2002, de 11 de maio
Alterações legislativas	13	Alteração ao Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de agosto
	14	Aditamento ao Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de agosto
	15	Alteração ao Decreto-Lei nº 123/2009, de 21 de maio
CAP V – Outras disposições	16	Aplicação dos eurocódigos estruturais
	17	Regulamentação
	18	Norma revogatória
CAPÍTULO VI	19	Norma repristinatória
Disposições finais	20	Regime transitório
	21	Entrada em vigor

Decreto-Lei nº 95/2019

Os princípios fundamentais da reabilitação

Artigo 4º

Princípio da proteção e valorização do existente

1 — A atuação sobre o edificado existente deve sempre integrar a preocupação de uma adequada **preservação e valorização** da preexistência, bem como a sua conjugação com a **melhoria do desempenho**, que deve sempre orientar qualquer intervenção de reabilitação.

2 — A proteção e valorização das construções existentes assenta no **reconhecimento dos seus valores**:

- a) Artísticos ou estéticos;
- b) Científicos ou tecnológicos; e
- c) Socioculturais.

3 — Os valores a que se refere o presente artigo assumem particular expressão no **edificado corrente** através das características arquitetónicas, construtivas e espaciais, que se refletem na sua singularidade e expressão de conjunto, na **coerência construtiva e funcional**, na adequação aos modos de vida, bem como no seu **reconhecimento pela comunidade**.

Princípios fundamentais da reabilitação de edifícios (DL 95/2019)

- **Princípio da proteção e valorização do existente**
- Princípio da sustentabilidade ambiental
- Princípio da melhoria proporcional e progressiva

Decreto-Lei nº 95/2019

Os princípios fundamentais da reabilitação

Artigo 5º

Princípio da sustentabilidade ambiental

1 — A atividade de reabilitação deve ser orientada para **a minimização do seu impacto ambiental**, assumindo o desígnio da preservação dos recursos naturais e da biodiversidade, com particular incidência na redução da extração e processamento de matérias-primas, produção de resíduos e emissão de gases nocivos.

2 — **A reabilitação de edifícios contribui para a sustentabilidade ambiental** através do **aumento da vida útil dos edifícios** e deve privilegiar a reutilização de componentes da construção, a utilização de materiais reciclados, a redução da produção de resíduos, a utilização de materiais com reduzido impacto ambiental, a redução de emissão de gases com efeito estufa, a melhoria da eficiência energética e a redução das necessidades de energia, incluindo a energia incorporada na própria construção, bem como o aproveitamento de fontes de energia renováveis.

3 — No fim da vida útil de componentes ou partes da construção, esgotadas as soluções de manutenção e reabilitação, devem ser privilegiadas ações de **desconstrução ou desmontagem**, de modo a responder aos objetivos previstos no número anterior, em detrimento da demolição, ainda que seletiva.

Princípios fundamentais da reabilitação de edifícios (DL 95/2019)

- Princípio da proteção e valorização do existente
- **Princípio da sustentabilidade ambiental**
- Princípio da melhoria proporcional e progressiva

Decreto-Lei nº 95/2019

Os princípios fundamentais da reabilitação

Artigo 6º

Princípio da melhoria proporcional e progressiva

1 — A melhoria da qualidade de vida e da habitabilidade deve estar **subjacente a todas as intervenções** no edificado existente, sendo alcançada de **forma gradual e proporcional** à natureza da intervenção a realizar, devendo adotar-se as medidas mais adequadas que são tanto mais profundas quanto maior for a intervenção.

2 — As intervenções sobre o edificado existente devem ter em consideração uma relação **custo-benefício**, entendida em **sentido lato**, segundo diferentes perspetivas:

- a) Curto e longo prazo;
- b) Financeira, social e cultural;
- c) Individual e coletiva;
- d) Comunidade local e de uma visão global, considerando a região, país e o planeta.

Princípios fundamentais da reabilitação de edifícios (DL 95/2019)

- Princípio da proteção e valorização do existente
- Princípio da sustentabilidade ambiental
- **Princípio da melhoria proporcional e progressiva**



Decreto-Lei nº 95/2019

Revogações

- **Decreto-Lei nº 53/2014**, de 8 de abril (RERE | RERU)
- **Regulamento de Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes**, aprovado pelo Decreto-Lei nº 235/83, de 31 de maio (#)
- **Regulamento de Estruturas de Betão Armado e Pré-Esforçado**, aprovado pelo Decreto –Lei nº 349-C/83, de 30 de julho (#)
- **Regulamento de Estruturas de Aço para Edifícios**, aprovado pelo Decreto-Lei nº 211/86, de 31 de julho;
- **Regulamento de Segurança das Construções Contra os Sismos**, aprovado pelo Decreto nº 41658, de 31 de maio de 1958.

RERE | RERU

RSA (#)

REBAP (#)

REAE

RSCCS

56
anos

(#) apenas no que diz respeito à aplicação a estruturas para edifícios



Decreto-Lei nº 95/2019

Alterações

	Alteração regulamentar (ver art. ... do DL 95/2019)	Portaria	Despacho	Método
RGEU		304		
ACESSIBILIDADES	13º e 14º	301		
TÉRMICA	10º e 11º	297 e 303		
ACÚSTICA	12º	305		
INCÊNDIOS	9º			LNEC
TELECOMUNICAÇÕES	15º			
EURCÓDIGOS			SEI	
SÍSMICA (vulnerabilidade)		302		

Decreto-Lei nº 95/2019

Alterações

RGEU

ACESSIBILIDADE

TÉRMICA

ACÚSTICA

INCÊNDIOS

TELECOMUNICAÇÕES

EUROCÓDIGO

SÍSMICA (vulnerabilidade)

→ Portaria nº 297/2019, de 9 de setembro [TÉRMICA e ENERGIA]

Quarta alteração à Portaria nº 349-B/2013, de 29 de novembro, que define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré certificados e certificados do SCE, bem como os requisitos de comportamento técnico e de eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos e edifícios sujeitos a grande intervenção.

→ Portaria nº 301/2019, de 12 de setembro [ACESSIBILIDADES]

Define o método de projeto para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada em edifícios habitacionais existentes.

→ Portaria nº 302/2019, de 12 de setembro [VULNERABILIDADE SÍSMICA]

Define os termos em que obras de ampliação, alteração ou reconstrução estão sujeitas à elaboração de relatório de avaliação de vulnerabilidade sísmica, bem como as situações em que é exigível a elaboração de projeto de reforço.

Decreto-Lei nº 95/2019

Alterações

RGEU

ACESSIBILIDADE

TÉRMICA

ACÚSTICA

INCÊNDIOS

TELECOMUNICAÇÕES

EURCÓDIGO

SÍSMICA (vulnerabilidade)

→ Portaria nº 303/2019, de 12 de setembro [CUSTOS-PADRÃO | Térmica]

Fixa os custos-padrão, definidos por tecnologia, sistema, ou elemento construtivo que permitem quantificar o custo das intervenções para operações de reabilitação.

→ Portaria nº 304/2019, de 12 de setembro [RGEU]

Define os requisitos funcionais da habitação e da edificação em conjunto, aplicáveis às operações de reabilitação em edifícios ou frações com licença de construção emitida até 1 de janeiro de 1977, sempre que estes se destinem a ser total ou predominantemente afetos ao uso habitacional.

→ Portaria nº 305/2019, de 12 de setembro [ACÚSTICA]

Fixa as normas técnicas dos requisitos acústicos em edifícios habitacionais existentes.

302

Decreto-Lei nº 95/2019

Alterações

RGEU

ACESSIBILIDADE

TÉRMICA

ACÚSTICA

INCÊNDIOS

TELECOMUNICAÇÕES

EUROCÓDIGOS

SÍSMICA (vulnerabilidade)

→ Despacho Normativo nº 21/2019, de 17 de setembro
[EUROCÓDIGOS ESTRUTURAIS]

Aprova as condições para a utilização dos Eurocódigos Estruturais nos projetos de estruturas de edifícios.

→ Relatório LNEC nº 327/2019 – DED/NUT [SEGURANÇA AO INCÊNDIO]

ARICA:2019 – Método de avaliação da segurança ao incêndio em edifícios existentes.

15º

SEI

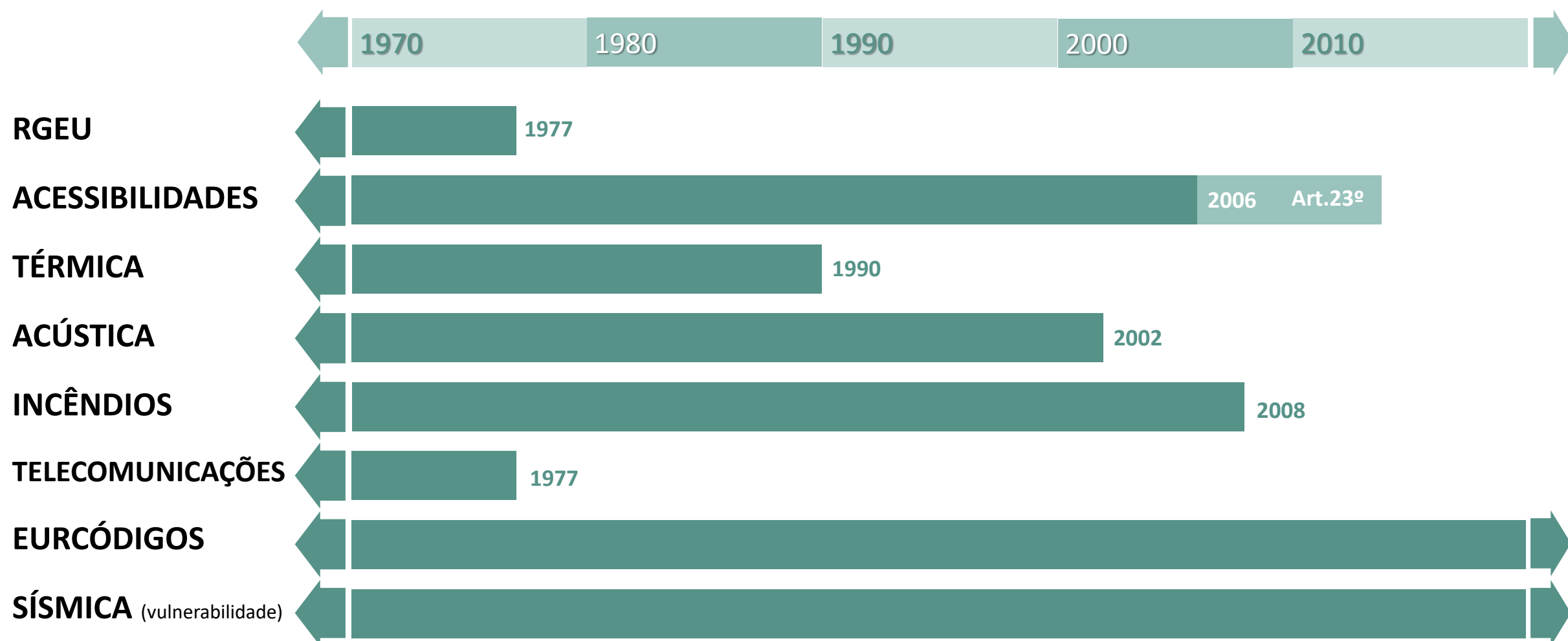
302



Decreto-Lei nº 95/2019

Âmbito temporal

Data de construção ou licenciamento do edifício a reabilitar





Decreto-Lei nº 95/2019

Abrangência do novo regime

(dentro do quadro temporal definido para cada área)

	Todos os edifícios	Exceções já previstas na LEI	Obrigatório	Facultativo (pode optar pela legislação corrente)
RGEU	●			○
ACESSIBILIDADES	●			○
TÉRMICA		●		○
ACÚSTICA	○	●		○
INCÊNDIOS		●		○
TELECOMUNICAÇÕES		●		○
EURCÓDIGOS	●		○	
SÍSMICA (vulnerabilidade)	●		○	



Decreto-Lei nº 95/2019

Notas finais

- O novo quadro regulamentar **adequa a legislação** da construção **à reabilitação** e define os princípios fundamentais a que deve obedecer
- O novo quadro regulamentar **densifica**, do ponto de vista concetual e tecnológico, as **exceções previstas na lei** para os edifícios existentes, contribuindo para a sua fundamentação e verificação criteriosas
- O novo quadro regulamentar vem, assim se espera, dar um **impulso qualificado à reabilitação de edifícios**, por via da adequação da regulamentação, da sua flexibilidade e proporcionalidade e pela fortíssima convicção de uma responsabilidade ambiental alargada

Decreto-Lei nº 95/2019

Notas finais



Decreto-Lei nº 95/2019

Notas finais



Decreto-Lei nº 95/2019

Notas finais



Decreto-Lei nº 95/2019

Notas finais





Seminário

O novo regime aplicável à reabilitação de edifícios e frações autónomas

Principais alterações introduzidas pelo
Decreto-Lei nº 95/2019

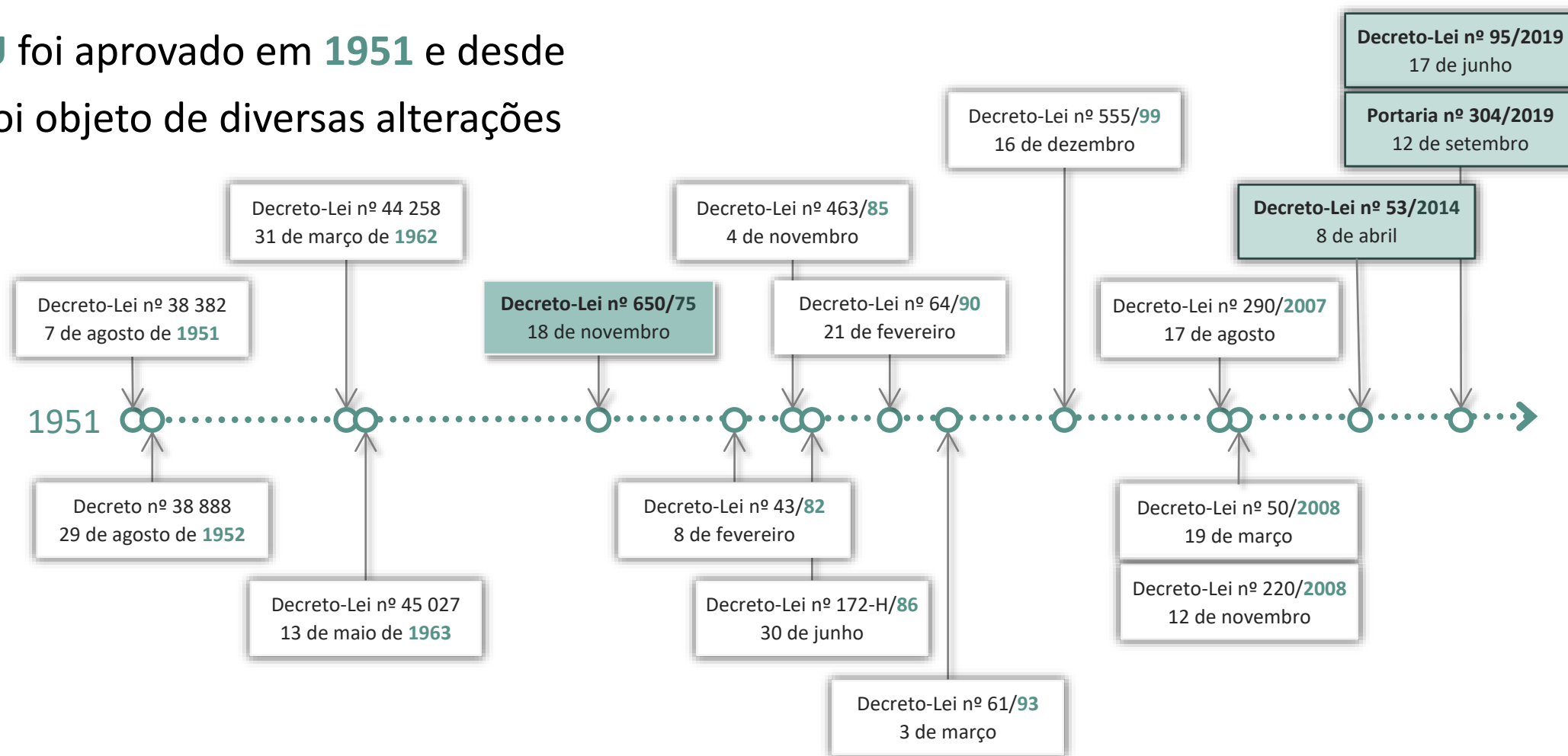
Exigências funcionais da habitação e da edificação em conjunto

João Branco Pedro

Laboratório Nacional
de Engenharia Civil

RGEU

→ O **RGEU** foi aprovado em **1951** e desde então foi objeto de diversas alterações



RGEU

→ A aplicação do RGEU nas obras em edifícios existentes coloca diversas **dificuldades**

O é que compreensível pois o RGEU:

- Foi elaborado num período em que a expansão urbana e a construção de novos edifícios era dominante
- Adota uma formulação prescritiva e imperativa que dá pouca abertura à aplicação de novas soluções



http://www.porto.pt/assets/misc/img/noticias/URBANISMO/2017/Reabilita%C3%A7%C3%A3o/%23mno_reabilitacao_01.jpg

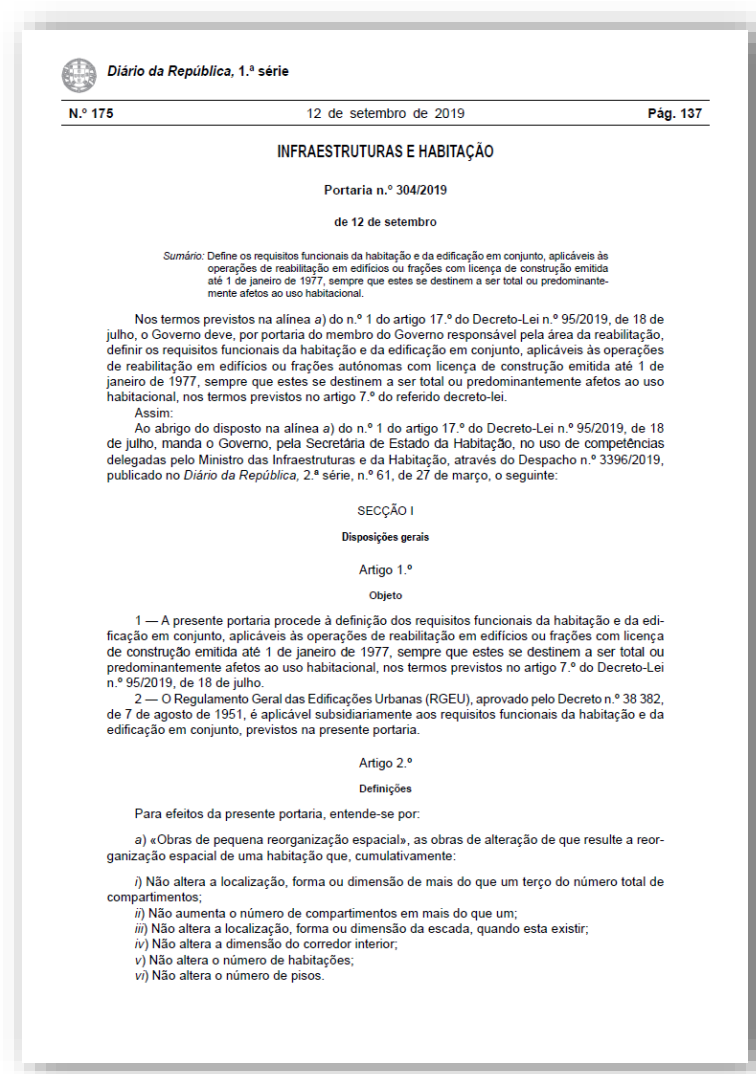
RERE

- O Regime Excecional para a Reabilitação de Edifícios (RERE) **dispensou** as obras em edifícios existentes de cumprir algumas disposições do RGEU
- A desregulamentação foi uma solução **simples** e **expedita**, pois apenas implicou a identificação das disposições manifestamente desajustadas



Objetivo

- Tendo o RERE um caráter **excecional** e **temporário**, impunha-se encontrar uma solução **normal** e **perene**
- No caso do RGEU, essa solução foi dada pela **Portaria nº 304/2019** que define os requisitos funcionais mínimos da habitação e da edificação em conjunto, alternativos aos estabelecidos no RGEU



Âmbito

- Edifícios ou frações, destinados a ser total ou predominantemente afetos ao **uso habitacional**
- Edifícios ou frações com licença de construção emitida até **1 de janeiro de 1977**
(data aproximada da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 650/75, que definiu os requisitos funcionais da habitação e da edificação atualmente em vigor)
- Obras de:
 - **Alteração** (pequena e grande reorganização espacial)
 - **Reconstrução** ou **ampliação**

Obras de alteração

Obras de pequena reorganização espacial

As obras de alteração de que resulte a reorganização espacial de uma habitação que, cumulativamente:

- i) Não altera a localização, forma ou dimensão de mais do que um terço do número total de compartimentos
- ii) Não aumenta o número de compartimentos em mais do que um
- iii) Não altera a localização, forma ou dimensão da escada, quando esta existir
- iv) Não altera a dimensão do corredor interior
- v) Não altera o número de habitações
- vi) Não altera o número de pisos

As exigências aplicam-se apenas aos espaços, instalações e elementos construtivos que forem objeto de intervenção

Obras de grande reorganização espacial

As obras de alteração de que resulte a reorganização espacial de uma habitação não incluídas na **pequena reorganização espacial**

As exigências aplicam-se a toda a habitação objeto de intervenção

Obras de reconstrução ou ampliação

Obras de reconstrução total

Aplica-se o **RGEU**

Obras de reconstrução parcial

Parte preexistente – **Portaria**

Parte reconstruída – **RGEU / Portaria** ...

Obras de ampliação

Parte preexistente – **Portaria**

Parte ampliada – **RGEU / Portaria** ...

Critério

Sempre que existam fortes condicionantes determinadas pela necessidade de coerência com o edifício existente

O projetista devem fundamentar na memória descritiva ao abrigo dos princípios do DL nº 95/2019

Articulação com o RGEU

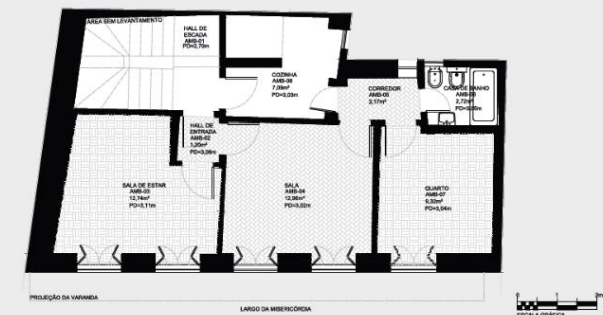
→ O RGEU é aplicável **subsidiariamente** ao definido na portaria

(i.e., a portaria prevalece, dentro do seu âmbito de aplicação, em relação às disposições equivalentes do RGEU)

PORTARIA	RGEU
SECÇÃO II – DISPOSIÇÕES INTERIORES DAS EDIFICAÇÕES	
Artº 4º – Pé-direito	Artº 65º
Artº 5º – Sala, quartos e cozinha	Artºs 66º , 67º , 69º , 84.2º e 86º
Artº 6º – Instalações sanitárias	Artºs 68º e 84.1º
Artº 7º – Corredores	Artº 70º
Artº 8º – Escadas das habitações	Artºs 46.1º
Artº 9º – Dimensão dos vãos	Artºs 71º , 72º e 87º
Artº 10º – Afastamento entre vãos de compartimentos e muro ou fachada fronteiros	Artº 73º e 75º
Artº 11º – Caves, sótãos, águas furtadas e mansardas	Artºs 77º , 78º , 79º e 80º
SECÇÃO III – ESPAÇOS COMUNS DOS EDIFÍCIOS	
Artº 12º – Comunicações verticais	Artºs 46º , 47º e 50º
Artº 13º – Sistema de evacuação de lixos	Artº 97º
Artº 14º – Logradouros	Artº 76º
SECÇÃO IV – DA EDIFICAÇÃO EM CONJUNTO	
Artº 15º – Altura máxima da edificação	Artº 59º
Artº 16º – Afastamento mínimo entre fachadas com vãos de compartimentos habitáveis	Artº 60º
Artº 17º – Intervalo entre fachadas posteriores	Artºs 62º e 63º

Bases

- Análise comparativa das exigências mínimas aplicáveis em 6 países europeus (Bélgica, Espanha, França, Holanda, Escócia, Suécia)
- Testes de aplicação pela equipa do Projeto Reabilitar como Regra (RcR)
- Contributos das entidades da rede de pontos focais do projeto RcR



Exemplo – Pé direito

Portaria nº 304/2019

- Compartimentos habitáveis $\geq 2,30$ m
- Compartimentos não habitáveis $\geq 2,10$ m
- A diminuição para valores inferiores ao RGEU só é permitida se **melhorar** a segurança, conforto, salubridade ou funcionalidade
- Em casos excepcionais, admite-se a **manutenção** de um pé-direito existente inferior aos valores mínimos da portaria

RGEU

- Compartimentos habitáveis $\geq 2,40$ m
- Compartimentos não habitáveis $\geq 2,20$ m

Exemplo – Áreas mínimas

Portaria nº 304/2019

- Sala $\geq 10 \text{ m}^2$
- Sala e cozinha $\geq 14 \text{ m}^2$
- Cozinha – espaço para lava-louça, fogão e frigorífico
- Quartos
 - $\geq 5,0 \text{ m}^2$ (pequena reorganização)
 - $\geq 6,5 \text{ m}^2$ (grande reorganização de T1 a T4)

RGEU

- Sala $\geq 10, 12, 16 \text{ m}^2$
- Cozinha $\geq 6 \text{ m}^2$
- 1º Quarto (casal) $\geq 10,5 \text{ m}^2$
- 2º, 3º Quarto (duplo) $\geq 9 \text{ m}^2$
- 4º Quarto (individual) $\geq 6,5 \text{ m}^2$

Benefícios

→ A Portaria nº 304/2019 permite:

- Garantir **condições mínimas de salubridade** nos edifícios e nas habitações
- Ajustar o RGEU aos **condicionalismos** impostos pelos edifícios existentes
- Aumentar a **segurança jurídica**, definindo exigências específicas para a reabilitação de edifícios
- Promover a **economia** ao ajustar o nível de exigência ao tipo de obra

→ Como consequência, permite minimizar o impacto das obras no **PATRIMÓNIO** e no **AMBIENTE**

Próximos passos...

- A portaria entra em vigor a **15 de novembro** de 2019
- Apesar da sua simplicidade, será importante **acompanhar** e **apoiar** a aplicação por projetistas e entidades licenciadoras



António Jara <https://cdn.olhares.pt/client/files/foto/big/926/9266451.jpg>



Seminário

O novo regime aplicável à reabilitação de edifícios e frações autónomas

Principais alterações introduzidas pelo
Decreto-Lei nº 95/2019

Acessibilidade em edifícios

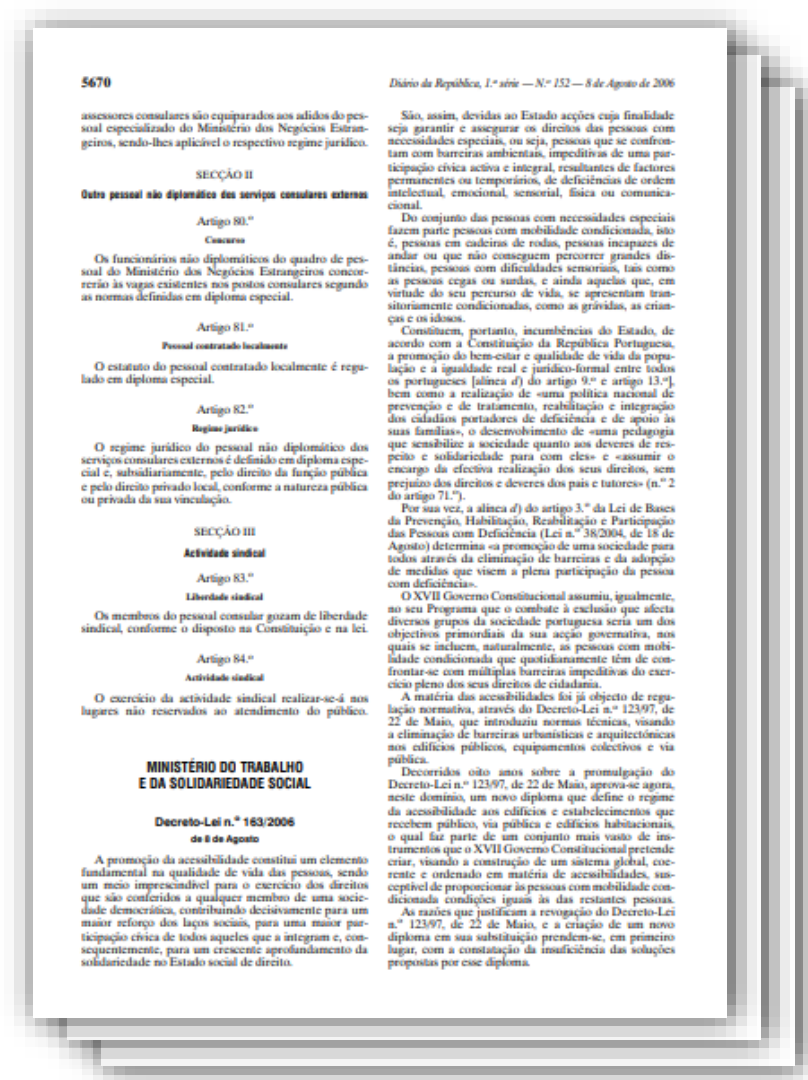
Catarina Mouraz

Grupo de Trabalho
“Reabilitar como Regra”

Introdução

→ Enquadramento legal das intervenções de reabilitação no domínio das acessibilidades:

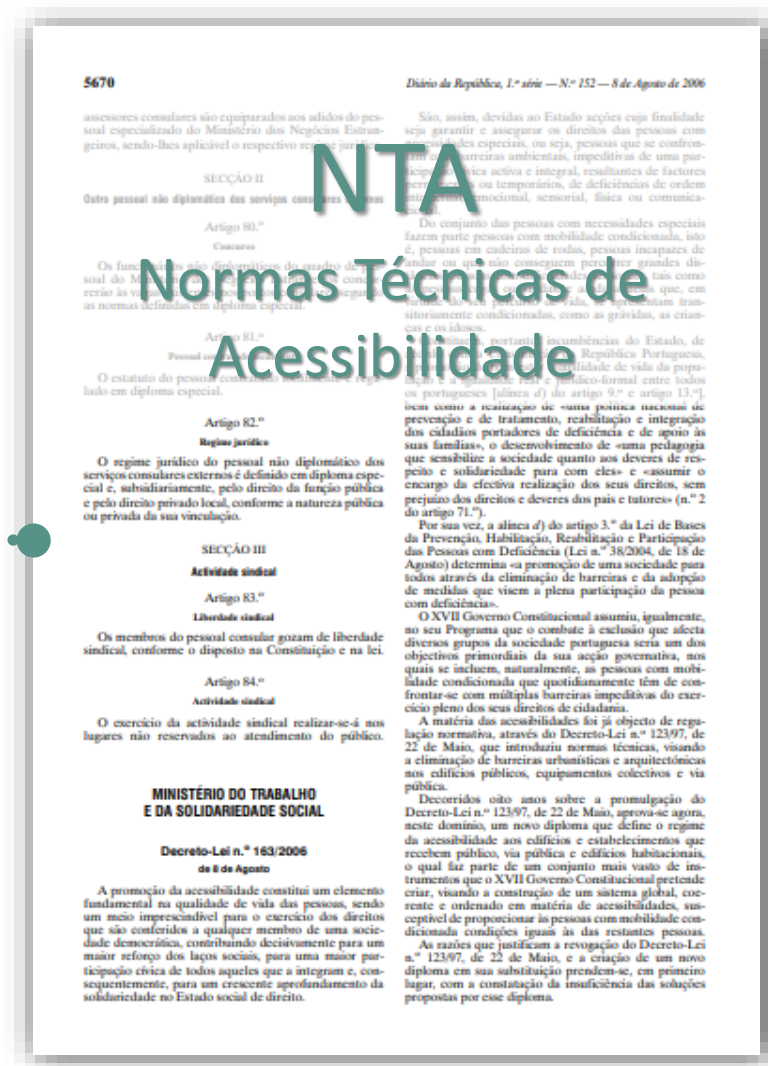
- Decreto-Lei nº 163/2006 *Regime de acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais (NTA)*
- Decreto-Lei nº 53/2014 revogado
- Decreto-Lei nº 95/2019



Introdução

→ Enquadramento legal das intervenções de reabilitação no domínio das acessibilidades:

- Decreto-Lei nº 163/2006 *Regime de acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais (NTA)*
- Decreto-Lei nº 53/2014 revogado
- Decreto-Lei nº 95/2019



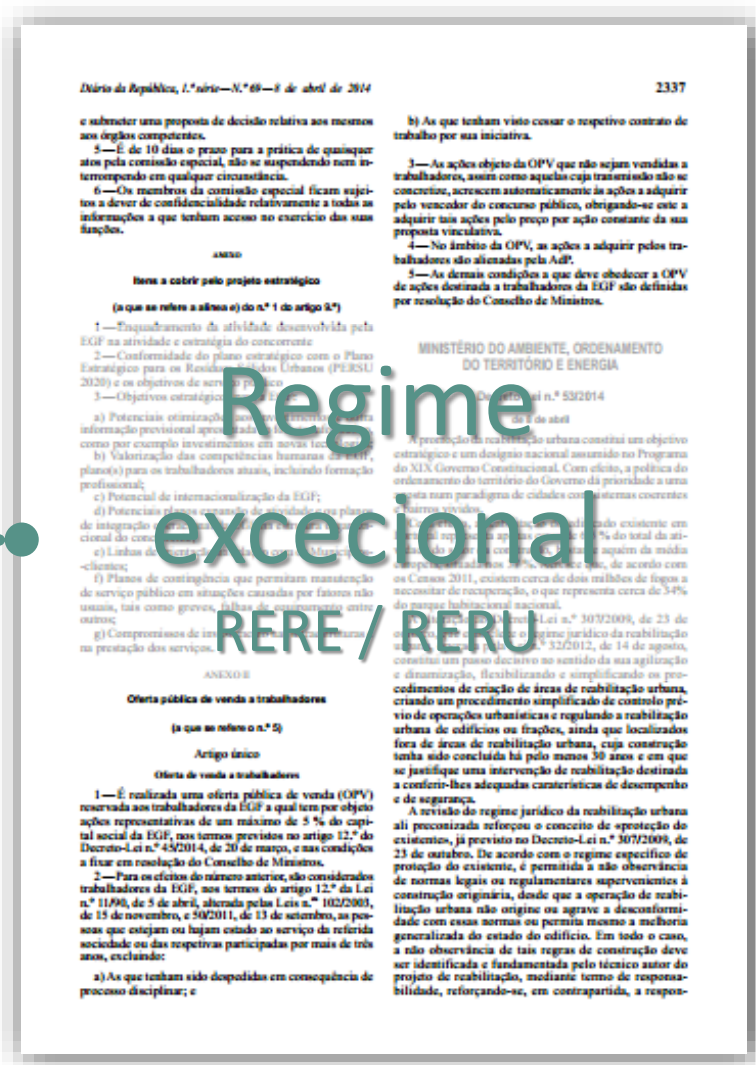
Introdução

→ Enquadramento legal das intervenções de reabilitação no domínio das acessibilidades:

- Decreto-Lei nº 163/2006 *Regime de acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais (NTA)*

- Decreto-Lei nº 53/2014 *revogado*

- Decreto-Lei nº 95/2019

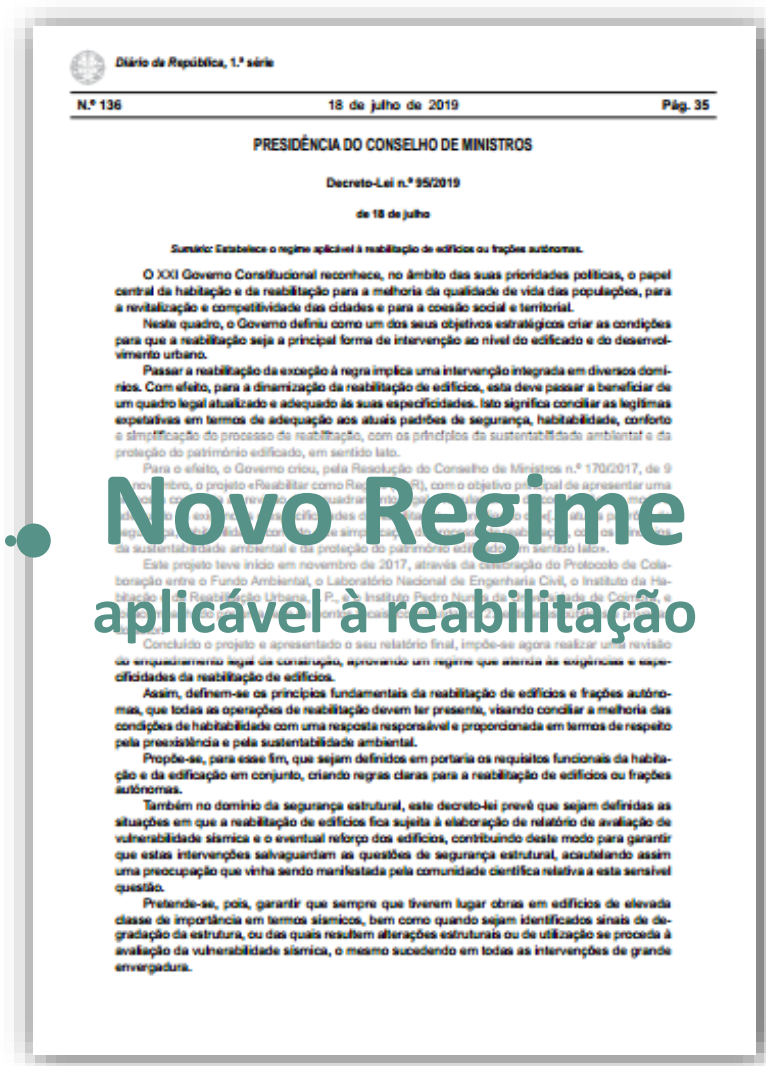


Introdução

→ Enquadramento legal das intervenções de reabilitação no domínio das acessibilidades:

- Decreto-Lei nº 163/2006 *Regime de acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais (NTA)*
- Decreto-Lei nº 53/2014 *revogado*
- **Decreto-Lei nº 95/2019**

Novo Regime aplicável à reabilitação



Dificuldades na aplicação da legislação

→ Dificuldades na aplicação do Decreto-Lei nº 163/2006:

- Aplicação integral das NTA com necessidade de grandes alterações e profundo impacte financeiro e ambiental
- Exceções legais não aplicáveis a habitação

→ Problemas na aplicação do Decreto-Lei nº 53/2014:

- Dispensa de exigências total e acrítica

Proposta de alteração legislativa no domínio das acessibilidades

Introdução

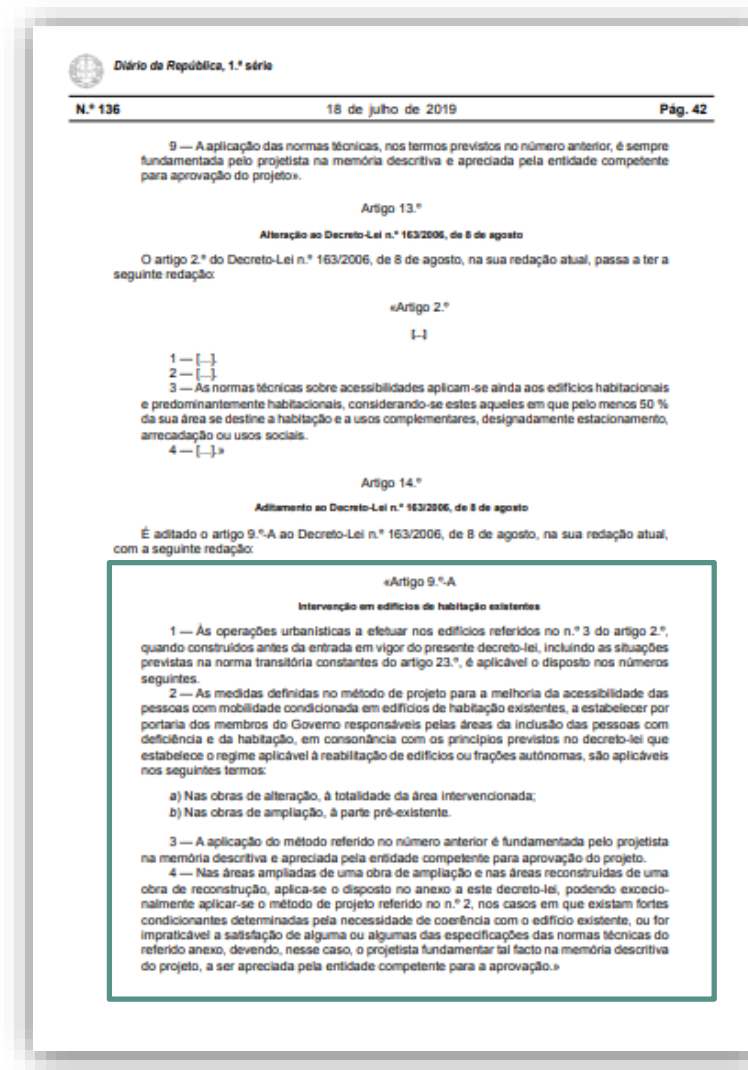
- Objetivo: criação de uma alternativa às NTA para dar **resposta adequada** às especificidades dos edifícios de habitação existentes
- Princípios-base da alteração regulamentar:
 - A melhoria da acessibilidade deve ser um **princípio base de qualquer intervenção**
 - A abordagem deve ser proporcionada, progressiva e flexível
 - Enquadramento pleno nos princípios-base estabelecidos no DL nº 95/2019

Proposta de alteração legislativa no domínio das acessibilidades

O Decreto-Lei 95/2019

→ Alterações ao DL 163/2006 introduzidas pelo DL 95/2019:

- Alterações formais
- **Aditamento do artigo 9ºA ‘Intervenção em edifícios de habitação existentes’**



Proposta de alteração legislativa no domínio das acessibilidades

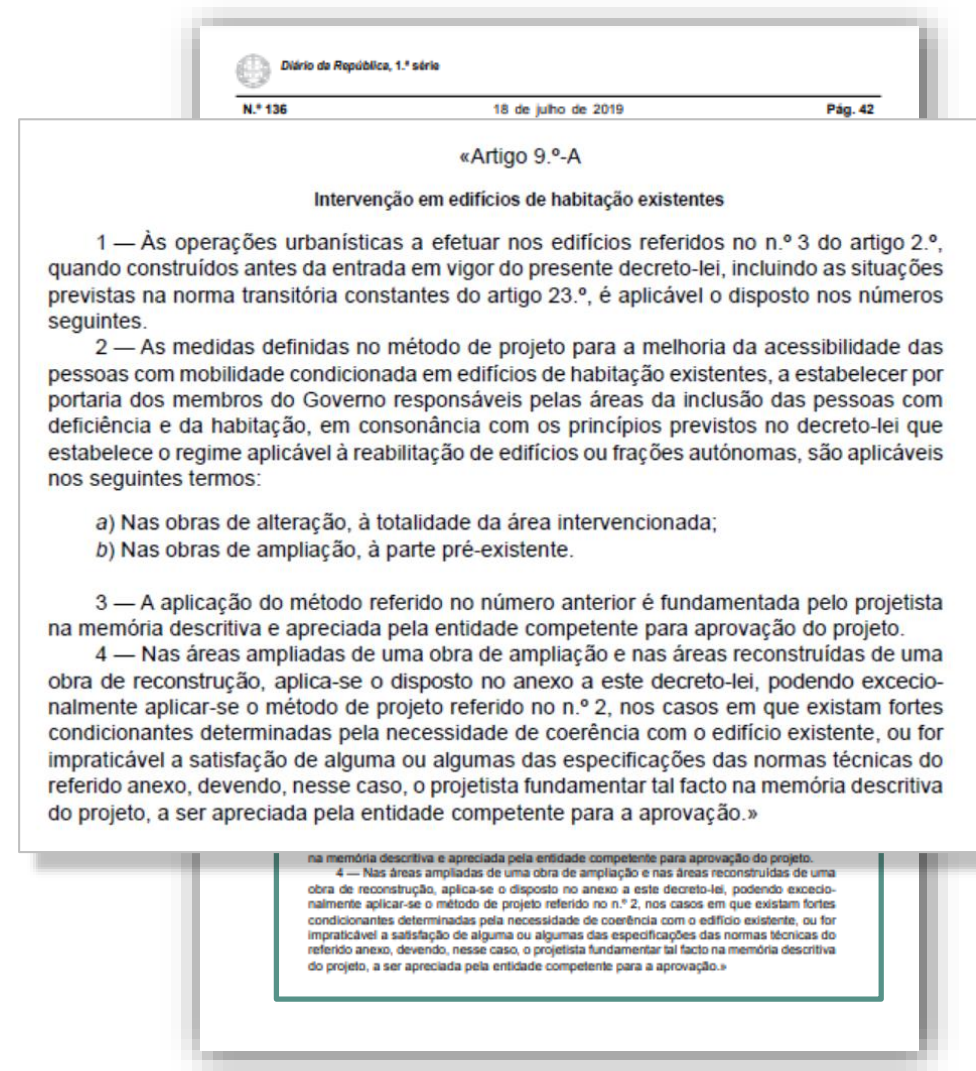
O Decreto-Lei 95/2019

→ Alterações ao DL 163/2006 introduzidas pelo DL 95/2019:

- Alterações formais
- **Aditamento do artigo 9ºA ‘Intervenção em edifícios de habitação existentes’**



Estabelece termos aplicáveis aos edifícios habitacionais e predominantemente habitacionais construídos antes de 2006



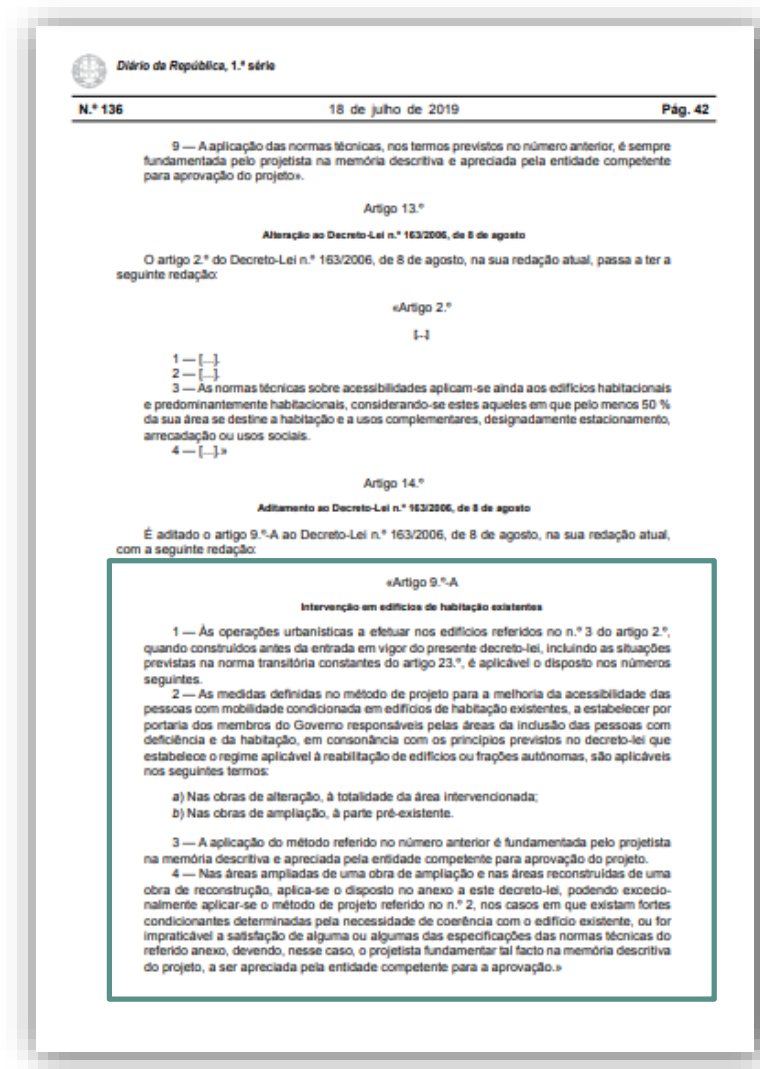
Proposta de alteração legislativa no domínio das acessibilidades

O Decreto-Lei 95/2019

→ Alterações ao DL 163/2006 introduzidas pelo DL 95/2019:

- Alterações formais
- **Aditamento do artigo 9ºA ‘Intervenção em edifícios de habitação existentes’**

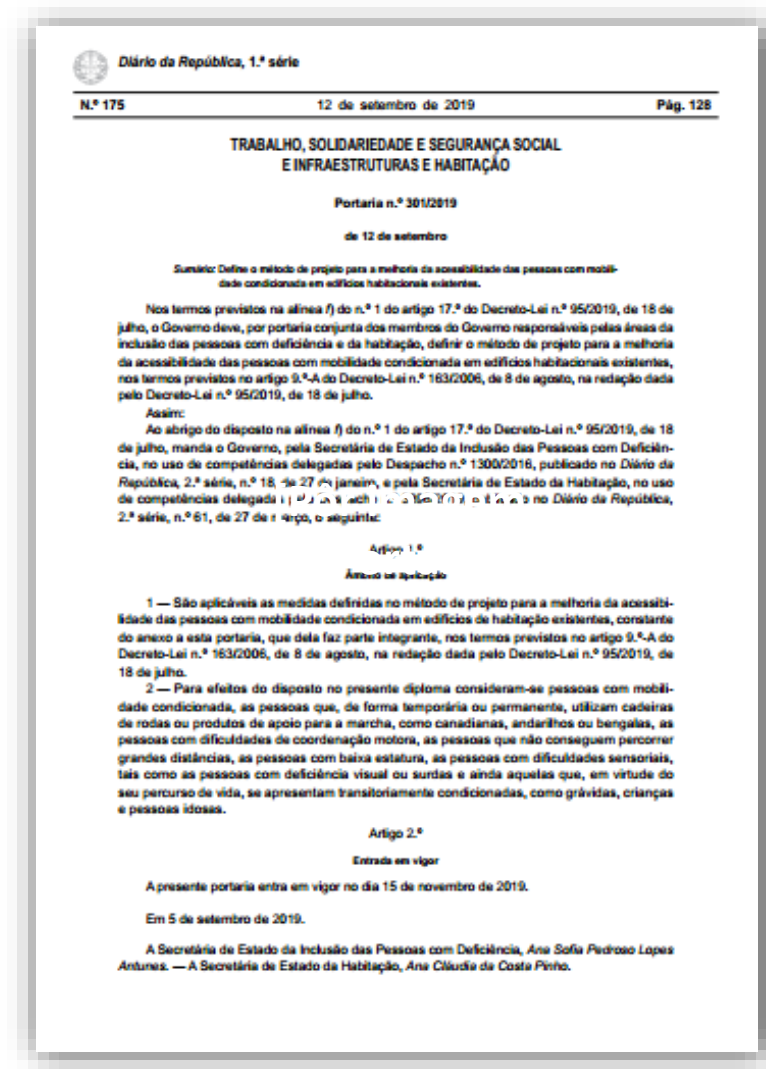
→ Publicação da Portaria 301/2019, de 12 de setembro *“Método de projeto para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada em edifícios de habitação existentes”*



Proposta de alteração legislativa no domínio das acessibilidades

A Portaria 301/2019 de 12 de setembro

- Artigo 1º: Âmbito de aplicação
- Artigo 2º: Entrada em vigor
- Anexo: *Método de projeto para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada em edifícios de habitação existentes*

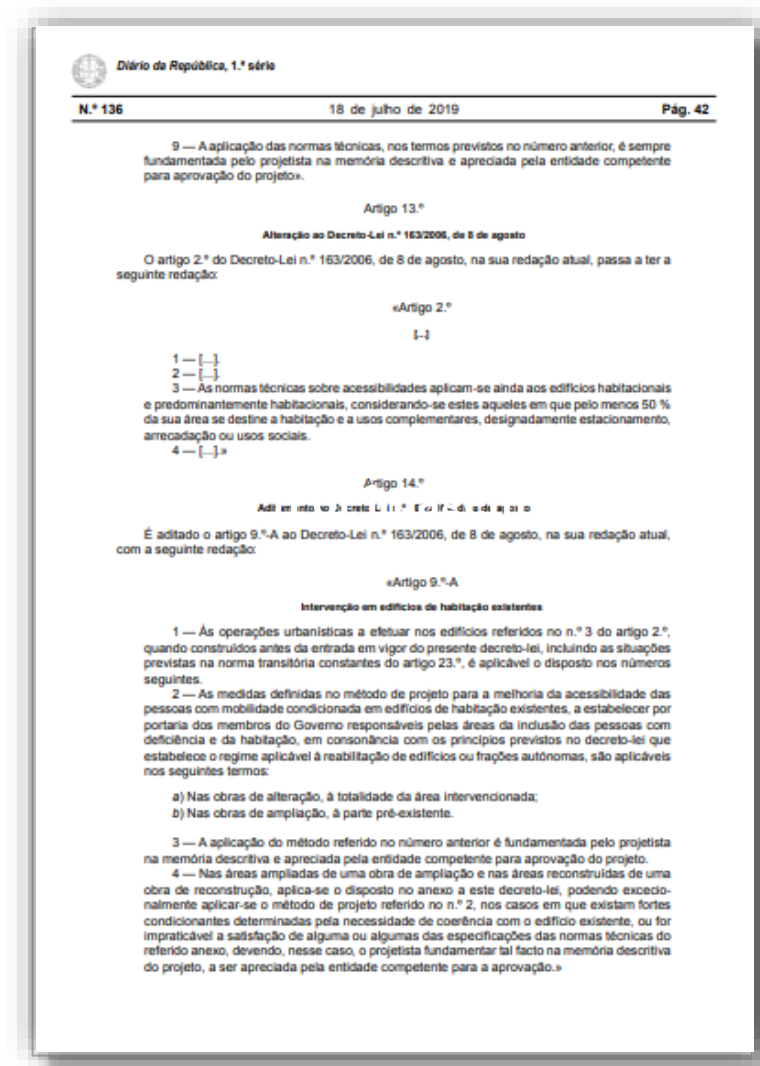


Proposta de alteração legislativa no domínio das acessibilidades

O Anexo da Portaria 301/2019, de 12 de setembro

Pressupostos gerais do método:

- Classificação de obras em simples, médias ou profundas
- Aumento gradual de exigências com a profundidade de intervenção
- Necessidade de acautelar melhorias na acessibilidade, a evidenciar no plano a apresentar



Proposta de alteração legislativa no domínio das acessibilidades

O Anexo da Portaria 301/2019, de 12 de setembro – Quadro 1

Nível de Intervenção	Intervenção Simples (N1)	Intervenção Média (N2)	Intervenção Profunda (N3)
Critérios de classificação.	N1 Intervenção simples - Não altera o uso da habitação ou do edifício. - Não altera a localização, forma ou dimensão de mais do que um terço do número total de compartimentos da habitação. - Não aumenta o número de compartimentos da habitação em mais do que um. - Não altera a localização, forma ou dimensão das comunicações verticais da habitação ou do edifício. - Não altera a localização, forma ou dimensão das comunicações horizontais da habitação ou do edifício. - Não altera o número de habitações do edifício. - Não altera o número de pisos no edifício.	N2 Intervenção média - Altera a localização, forma ou dimensões de comunicações horizontais da habitação. - Altera a localização, forma ou dimensões de comunicações verticais da habitação. - Altera a localização, forma ou dimensão de mais do que um terço do número total de compartimentos da habitação. - Aumenta o número de compartimentos da habitação em mais do que um.	N3 Intervenção profunda - Altera o uso da habitação ou do edifício. - Altera a localização, forma ou dimensões de comunicações verticais do edifício. - Altera a localização, forma ou dimensões de comunicações horizontais do edifício. - Altera o número de pisos do edifício. - Aumenta o número de habitações do edifício.

Quadro 1: Critérios de classificação da obra por nível de intervenção

Proposta de alteração legislativa no domínio das acessibilidades

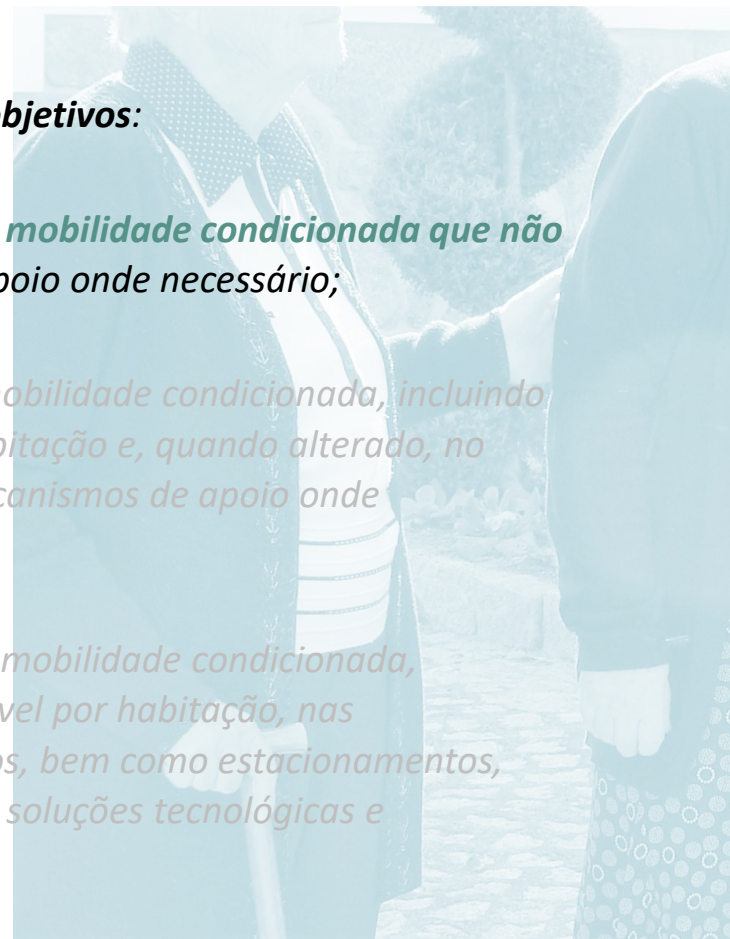
O Anexo da Portaria 301/2019, de 12 de setembro – Objetivos dos níveis de intervenção

3 – As medidas a adotar em cada nível de intervenção devem ter subjacentes os seguintes **objetivos**:

a) Intervenção simples (N1): garantir a acessibilidade com autonomia por **utilizadores com mobilidade condicionada que não utilizem cadeira de rodas**, mediante a adoção de soluções tecnológicas e mecanismos de apoio onde necessário;

b) Intervenção média (N2): garantir a acessibilidade com autonomia por utilizadores com mobilidade condicionada, incluindo utilizadores de cadeira de rodas, na utilização de, pelo menos, uma parcela acessível da habitação e, quando alterado, no acesso a partir do exterior da habitação, mediante a adoção de soluções tecnológicas e mecanismos de apoio onde necessário;

c) Intervenção profunda (N3): garantir a acessibilidade com autonomia de utilizadores com mobilidade condicionada, incluindo utilizadores de cadeira de rodas, na utilização de, pelo menos, uma parcela acessível por habitação, nas comunicações verticais e horizontais de acesso às frações, quer nos pisos, quer entre os pisos, bem como estacionamento, arrecadações e espaços sociais de edifícios e respetivos logradouros, mediante a adoção de soluções tecnológicas e mecanismos de apoio onde necessário, sem prejuízo do disposto na alínea e) do nº 1.



Proposta de alteração legislativa no domínio das acessibilidades

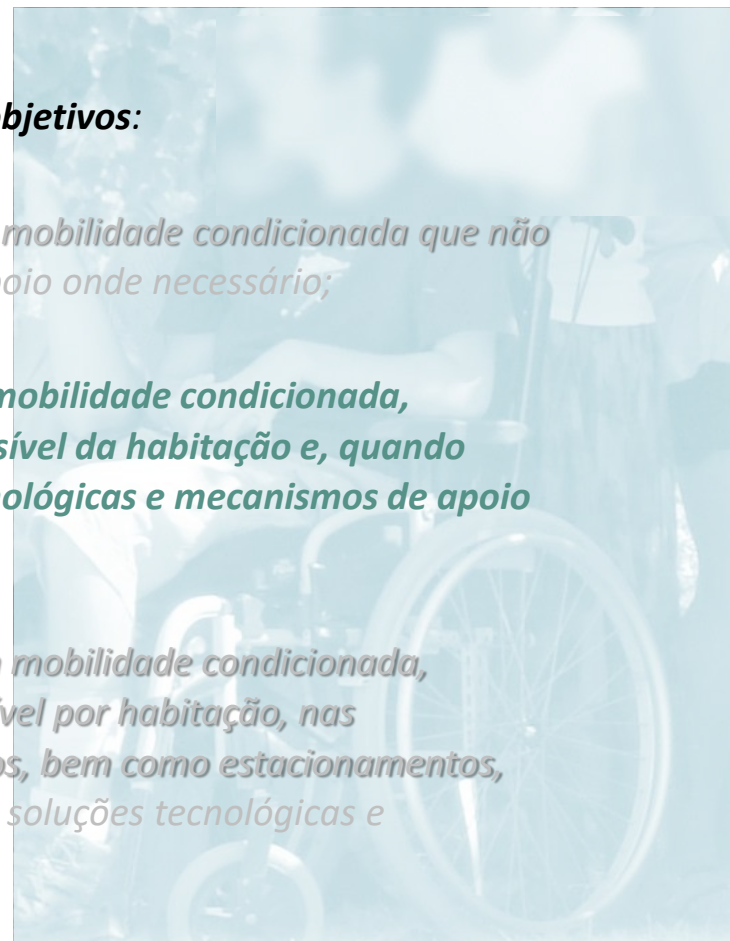
O Anexo da Portaria 301/2019, de 12 de setembro – Objetivos dos níveis de intervenção

3 – As medidas a adotar em cada nível de intervenção devem ter subjacentes os seguintes **objetivos**:

a) *Intervenção simples (N1):* garantir a acessibilidade com autonomia por **utilizadores com mobilidade condicionada que não utilizem cadeira de rodas**, mediante a adoção de soluções tecnológicas e mecanismos de apoio onde necessário;

b) *Intervenção média (N2):* garantir a acessibilidade com autonomia por **utilizadores com mobilidade condicionada, incluindo utilizadores de cadeira de rodas**, na utilização de, **pelo menos, uma parcela acessível da habitação e, quando alterado, no acesso a partir do exterior da habitação, mediante a adoção de soluções tecnológicas e mecanismos de apoio onde necessário;**

c) *Intervenção profunda (N3):* garantir a acessibilidade com autonomia de **utilizadores com mobilidade condicionada, incluindo utilizadores de cadeira de rodas**, na utilização de, **pelo menos, uma parcela acessível por habitação, nas comunicações verticais e horizontais de acesso às frações, quer nos pisos, quer entre os pisos, bem como estacionamento, arrecadações e espaços sociais de edifícios e respetivos logradouros**, mediante a adoção de soluções tecnológicas e mecanismos de apoio onde necessário, sem prejuízo do disposto na alínea e) do nº 1.



Proposta de alteração legislativa no domínio das acessibilidades

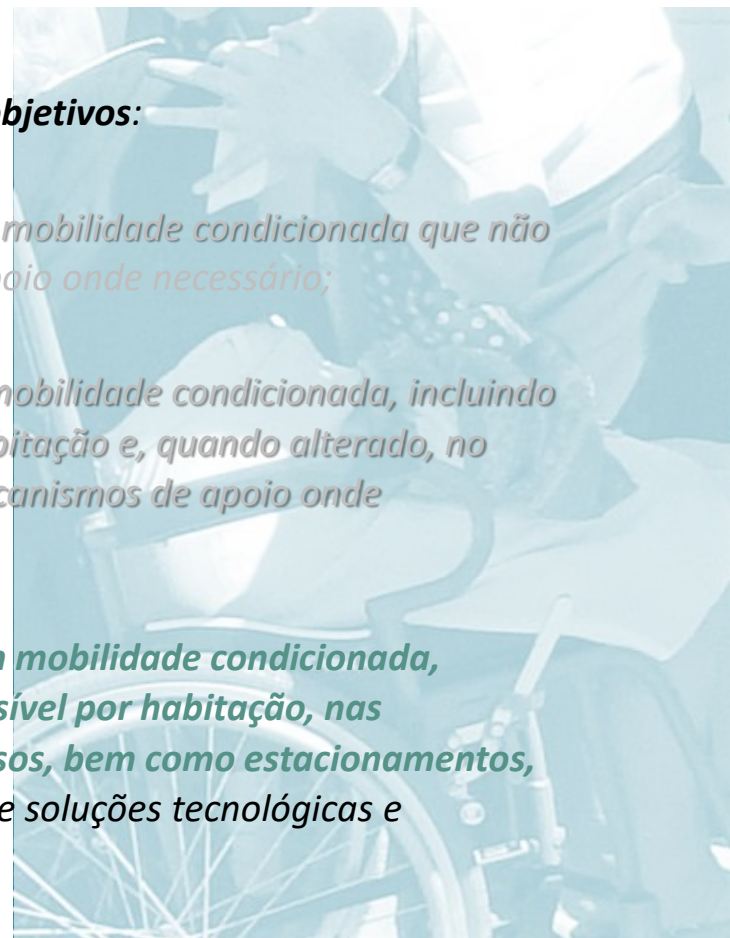
O Anexo da Portaria 301/2019, de 12 de setembro – Objetivos dos níveis de intervenção

3 – As medidas a adotar em cada nível de intervenção devem ter subjacentes os seguintes **objetivos**:

a) *Intervenção simples (N1):* garantir a acessibilidade com autonomia por **utilizadores com mobilidade condicionada que não utilizem cadeira de rodas**, mediante a adoção de soluções tecnológicas e mecanismos de apoio **onde necessário**;

b) *Intervenção média (N2):* garantir a acessibilidade com autonomia por **utilizadores com mobilidade condicionada, incluindo utilizadores de cadeira de rodas**, na utilização de, **pelo menos, uma parcela acessível da habitação e, quando alterado, no acesso a partir do exterior da habitação**, mediante a adoção de soluções tecnológicas e mecanismos de apoio **onde necessário**;

c) *Intervenção profunda (N3):* garantir a acessibilidade com autonomia de **utilizadores com mobilidade condicionada, incluindo utilizadores de cadeira de rodas**, na utilização de, **pelo menos, uma parcela acessível por habitação, nas comunicações verticais e horizontais de acesso às frações, quer nos pisos, quer entre os pisos, bem como estacionamento, arrecadações e espaços sociais de edifícios e respetivos logradouros**, mediante a adoção de soluções tecnológicas e mecanismos de apoio **onde necessário, sem prejuízo do disposto na alínea e) do nº 1.**



Proposta de alteração legislativa no domínio das acessibilidades

O Anexo da Portaria 301/2019, de 12 de setembro – Medidas a adotar

6 – Após a definição do nível de intervenção nos termos do número 2, o tipo de medidas a adotar no plano de acessibilidades é definido no Quadro 2, considerando-se:

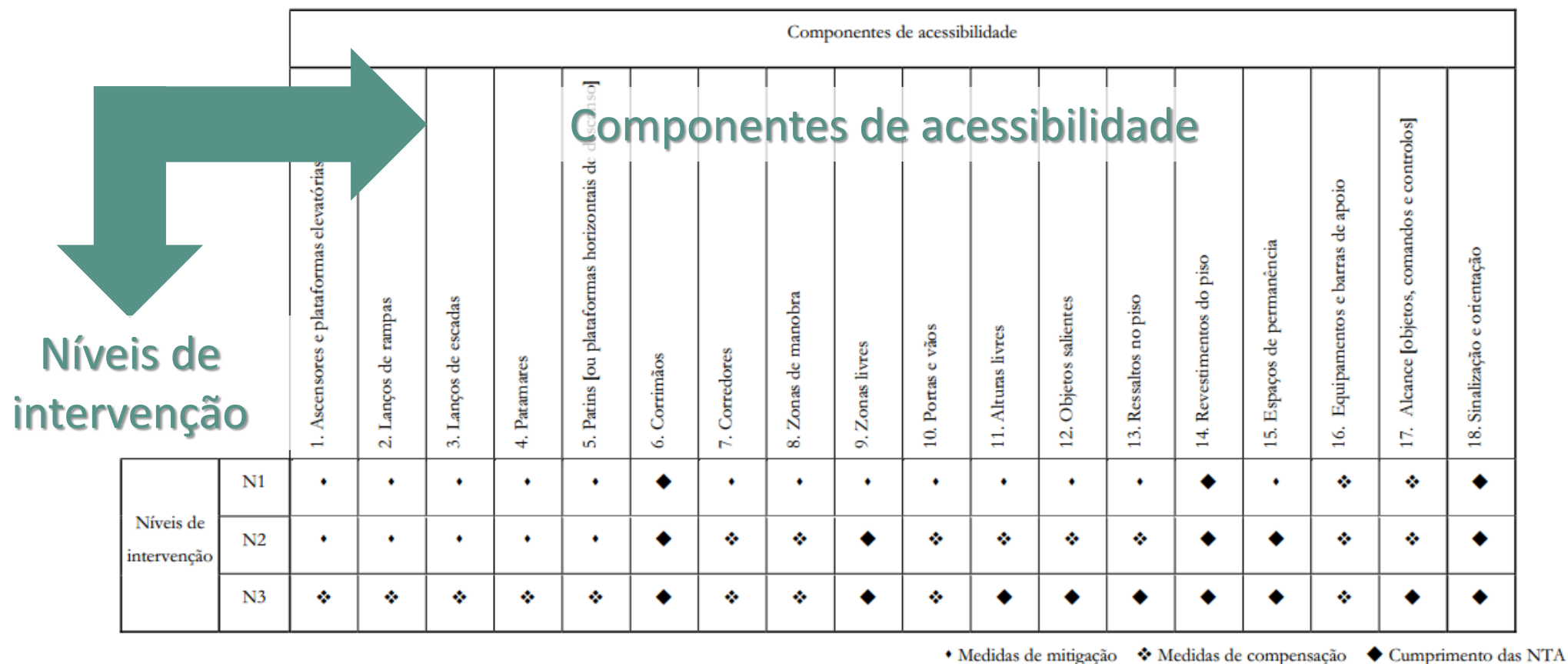
a) Medidas de mitigação: medidas que, não atingindo o mesmo nível de desempenho em termos de acessibilidade que as ‘Normas técnicas para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada’ constantes do Anexo do Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de agosto (NTA), asseguram, tanto quanto possível, a segurança, o conforto e a funcionalidade dos percursos acessíveis e dos espaços de permanência;

b) Medidas de compensação: medidas alternativas que proporcionam um desempenho equivalente ao disposto nas NTA, nomeadamente através do recurso a novas tecnologias onde necessário, que assegurem a segurança, o conforto e a funcionalidade dos percursos acessíveis e dos espaços de permanência;

c) Cumprimento das NTA: cumprimento integral das especificações das ‘Normas técnicas para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada’ constantes do Anexo do Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de agosto.

Proposta de alteração legislativa no domínio das acessibilidades

O Anexo da Portaria 301/2019, de 12 de setembro – Medidas a adotar



		Componentes de acessibilidade																	
		1. Ascensores e plataformas elevatórias	2. Lanços de rampas	3. Lanços de escadas	4. Patamares	5. Patins [ou plataformas horizontais de uso geral]	6. Corrimãos	7. Corredores	8. Zonas de manobra	9. Zonas livres	10. Portas e vãos	11. Alturas livres	12. Objetos salientes	13. Ressaltos no piso	14. Revestimentos do piso	15. Espaços de permanência	16. Equipamentos e barras de apoio	17. Alcance [objetos, comandos e controlos]	18. Sinalização e orientação
Níveis de intervenção	N1	•	•	•	•	•	◆	•	•	•	•	•	•	•	◆	•	❖	❖	◆
	N2	•	•	•	•	•	◆	❖	❖	◆	❖	❖	❖	❖	◆	◆	❖	❖	◆
	N3	❖	❖	❖	❖	❖	◆	❖	❖	◆	❖	◆	◆	◆	◆	◆	❖	◆	◆

• Medidas de mitigação ❖ Medidas de compensação ◆ Cumprimento das NTA

Quadro 2: Tipos de medidas a adotar no plano de acessibilidades, por componente de acessibilidade e nível de intervenção

Proposta de alteração legislativa no domínio das acessibilidades

O Anexo da Portaria 301/2019, de 12 de setembro – Medidas a adotar

Níveis de intervenção

Componentes de acessibilidade

Níveis de intervenção		Componentes de acessibilidade														Alcance [objetos, comandos e controlos]	Sinalização
		1. Ascensores e plataformas elevatórias	2. Lanços de rampas	3. Lanços de escadas	4. Patamares	5. Patins [ou plataformas horizontais de uso geral]	6. Corrimãos	7. Corredores	8. Zonas de manobra	9. Zonas livres	10. Portas e vãos	11. Alturas livres	12. Objetos salientes	13. Ressaltos no piso	14. Revestimentos do piso		
Níveis de intervenção	N1	•	•	•	•	•	◆	•	•	•	•	•	•	•	◆	◆	◆
	N2	•	•	•	•	•	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
	N3	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆

• Medidas de mitigação ◆ Medidas de intervenção ◆ Cumprimento das NTA

Mitigação

Compensação

NTA

Quadro 2: Tipos de medidas a adotar no plano de acessibilidades, por componente de acessibilidade e nível de intervenção

Proposta de alteração legislativa no domínio das acessibilidades

O Anexo da Portaria 301/2019, de 12 de setembro – Medidas a adotar

		Componentes de acessibilidade																	
		1. Ascensores e plataformas elevatórias	2. Lanços de rampas	3. Lanços de escadas	4. Patamares	5. Patins [ou plataformas horizontais de descanso]	6. Corrimãos	7. Corredores	8. Zonas de manobra	9. Zonas livres	10. Portas e vãos	11. Alturas livres	12. Objetos salientes	13. Ressaltos no piso	14. Revestimentos do piso	15. Espaços de permanência	16. Equipamentos e barras de apoio	17. Alcance [objetos, comandos e controlos]	18. Sinalização e orientação
Níveis de intervenção	N1	•	•	•	•	•	◆	•	•	•	•	•	•	•	◆	•	❖	❖	◆
	N2	•	•	•	•	•	◆	❖	❖	◆	❖	❖	❖	❖	◆	◆	❖	❖	◆
	N3	❖	❖	❖	❖	❖	◆	❖	❖	◆	❖	◆	◆	◆	◆	◆	❖	◆	◆

• Medidas de mitigação ❖ Medidas de compensação ◆ Cumprimento das NTA

Quadro 2: Tipos de medidas a adotar no plano de acessibilidades, por componente de acessibilidade e nível de intervenção

Proposta de alteração legislativa no domínio das acessibilidades

O Anexo da Portaria 301/2019, de 12 de setembro – Medidas a adotar

		Componentes de acessibilidade																	
Níveis de intervenção		1. Ascensores e plataformas elevatórias	2. Lanços de rampas	3. Lanços de escadas	4. Patamares	5. Patins [ou plataformas horizontais de descanso]	6. Corrimãos	7. Corredores	8. Zonas de manobra	9. Zonas livres	10. Portas e vãos	11. Alturas livres	12. Objetos salientes	13. Ressaltos no piso	14. Revestimentos do piso	15. Espaços de permanência	16. Equipamentos e barras de apoio	17. Alcance [objetos, comandos e controlos]	18. Sinalização e orientação
	N1	•	•	•	•	•	◆	•	•	•	•	•	•	•	◆	•	❖	❖	◆
	N2	•	•	•	•	•	◆	❖	❖	◆	❖	❖	❖	❖	◆	◆	❖	❖	◆
	N3	❖	❖	❖	❖	❖	◆	❖	❖	◆	❖	◆	◆	◆	◆	◆	❖	◆	◆

• Medidas de mitigação ❖ Medidas de compensação ◆ Cumprimento das NTA

Quadro 2: Tipos de medidas a adotar no plano de acessibilidades, por componente de acessibilidade e nível de intervenção

Proposta de alteração legislativa no domínio das acessibilidades

O Anexo da Portaria 301/2019, de 12 de setembro – Tolerâncias (N2 e N3)

*8 – Nas intervenções médias (N2) e profundas (N3), **quando absolutamente necessário, as medidas de compensação podem excecionalmente ser substituídas por medidas de mitigação, desde que sejam respeitadas as seguintes condições:***

a) As larguras dos percursos acessíveis não devem ser inferiores a 0,80 m;

b) O diâmetro das zonas de manobra não deve ser inferior a 1,20 m;

Proposta de alteração legislativa no domínio das acessibilidades

O Anexo da Portaria 301/2019, de 12 de setembro – Abordagens alternativas (N1)

Diário da República, 1.ª série
N.º 175 12 de setembro de 2019 Pág. 131

QUADRO 2

Tipos de medidas a adotar no plano de acessibilidades, por componente de acessibilidade e nível de intervenção

		Componente de acessibilidade											
		1. Acesso ao edifício	2. Acesso ao espaço exterior	3. Acesso ao espaço interior	4. Acesso ao espaço exterior	5. Acesso ao espaço interior	6. Acesso ao espaço exterior	7. Acesso ao espaço interior	8. Acesso ao espaço exterior	9. Acesso ao espaço interior	10. Acesso ao espaço exterior	11. Acesso ao espaço interior	12. Acesso ao espaço exterior
Nível de intervenção	N1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	N2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	N3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

7 — As medidas de compensação e mitigação a adotar devem, sempre que possível, seguir os documentos orientadores de suporte técnico que vierem a ser publicados no âmbito do presente método.

8 — Nas intervenções médias (N2) e profundas (N3), quando absolutamente necessário, as medidas de compensação podem excepcionalmente ser substituídas por medidas de mitigação, desde que sejam respeitadas as seguintes condições:

a) As larguras dos percursos acessíveis não devem ser inferiores a 0,90 m;

b) O diâmetro das zonas de manobra não deve ser inferior a 1,20 m;

9 — Desde que garantida a existência de uma parcela acessível nos termos da alínea a) do n.º 1, admite-se a manutenção das dimensões e características dos espaços, instalações e elementos construtivos existentes remanescentes.

10 — Nas intervenções simples (N1), em alternativa ao disposto no n.º 6, o projetista pode optar pelo procedimento definido no Quadro 3, desde que seja evidenciado que sempre que se verificarem as ações previstas na coluna A são cumpridas as medidas de compensação correspondentes identificadas na coluna B e não se verificam os respetivos motivos de exclusão apresentados na coluna C.

QUADRO 3

Procedimento alternativo referido no n.º 10 para intervenções simples (N1)

	A Ações mínimas	B Medidas de compensação	C Motivos de exclusão
Relação com o espaço exterior e acesso ao edifício	1. Atenuação de vãos de acesso ao edifício, incluindo varandas, que de abertura, materializa-se em: a) 2 m de altura útil; b) 2 m de largura útil; c) 2 m de profundidade útil.	Garantir os vãos mínimos dimensionados de 0,77 m de largura útil e 2 m de altura útil. No caso de portas de duas ou mais folhas operadas independentemente, a exigência é aplicável a pelo menos uma das folhas.	Aumento da diferença entre as cotas de acesso de vãos de acesso ao edifício e das portas de duas ou mais folhas operadas independentemente, a exigência é aplicável a pelo menos uma das folhas.

Diário da República, 1.ª série
N.º 175 12 de setembro de 2019 Pág. 132

	A Ações mínimas	B Medidas de compensação	C Motivos de exclusão
3. Supressão de vãos de porta e de passagem.	Não exige medidas de compensação.	Instalação de rampas de inclinação adequada à diferença de cotas ou de dispositivos mecânicos de elevação.	Supressão de vãos de acesso a pontos acessíveis.
3. Aumento da diferença de cotas entre o pavimento exterior e o pavimento das escadas de acesso à habitação ou edifício, contíguo à fachada.	Não exige medidas de compensação.	Não aplicável.	Não aplicável.
4. Alteração de materiais de revestimento de escadas ou rampas.	Adoção de materiais que apresentem uma superfície lisa, segura e confortável.	Não aplicável.	Não aplicável.
5. Alteração de materiais de revestimento de pavimentos (interiores, exteriores e suportes).	Adoção de materiais que apresentem uma superfície lisa, segura e confortável.	Não aplicável.	Não aplicável.
6. Alteração de corrimãos (altura, continuidade, paralelismo ao piso).	Cumprimento das normas técnicas constantes do Anexo do DL 163/2006, no que diz respeito à altura, continuidade e paralelismo dos corrimãos ao piso.	Supressão de corrimãos.	Não aplicável.
7. Alteração de localização situando os vãos de acesso às habitações.	Cumprimento das normas técnicas constantes do Anexo do DL 163/2006 no que diz respeito à altura, largura e zonas de manobra dos vãos em causa.	Não aplicável.	Não aplicável.
8. Alteração de dimensões dos vãos de acesso às habitações.	Garantir os vãos mínimos dimensionados de 0,77 m de largura útil e 2 m de altura útil. No caso de portas de duas ou mais folhas operadas independentemente, a exigência é aplicável a pelo menos uma das folhas.	Não aplicável.	Não aplicável.
9. Alteração do nível do solo.	Não exige medidas de compensação.	Aumento da diferença entre as cotas de acesso dos vãos de acesso e das portas contíguas, quanto esta resultar superior a 0,22 m.	Não aplicável.
10. Aumento da diferença de cotas entre pavimentos de compartimentos contíguos.	Não exige medidas de compensação.	Supressão de percursos acessíveis sem que seja assegurado um percurso acessível alternativo.	Não aplicável.
11. Alteração da área de cada compartimento acessível essencial.	As larguras dos percursos acessíveis não devem ser inferiores a 0,90 m e o diâmetro das zonas de manobra não deve ser inferior a 1,20 m.	Não aplicável.	Não aplicável.
12. Alteração de localização, forma ou dimensões dos vãos de acesso às habitações.	Garantir os vãos mínimos dimensionados de 0,77 m de largura útil e 2 m de altura útil. No caso de portas de duas ou mais folhas operadas independentemente, a exigência é aplicável a pelo menos uma das folhas.	Supressão de vãos de percursos acessíveis situando os vãos de acesso a pontos acessíveis.	Não aplicável.

Diário da República, 1.ª série
N.º 175 12 de setembro de 2019 Pág. 133

	A Ações mínimas	B Medidas de compensação	C Motivos de exclusão
13. Alteração da estabilidade, contenção, segurança ou durabilidade das instalações de pavimentos de percursos acessíveis.	Adoção de materiais que apresentem uma superfície lisa, segura e confortável.	Não aplicável.	Não aplicável.

112571454

www.dra.pt

Quadro 3 – Procedimento alternativo referido no nº 10 para intervenções simples (N1)

Proposta de alteração legislativa no domínio das acessibilidades

O Anexo da Portaria 301/2019, de 12 de setembro – Abordagens alternativas (N1)

	A — Ações admitidas	B — Medidas de compensação	C — Motivos de exclusão
Comunicações verticais do edifício ou habitação.	2. Supressão de vãos de porta e de passagem.	Não exige medidas de compensação.	Supressão de vão de acesso a percurso acessível.
	3. Aumento da diferença de cotas entre o pavimento exterior e o pavimento dos espaços de acesso à habitação ou edifício, contíguos à fachada.	Instalação de rampas de inclinação adequada à diferença de cotas ou de dispositivos mecânicos de elevação.	Não aplicável.
	4. Alteração de material de revestimento de escadas e/ou rampas.	Adoção de materiais que apresentem uma superfície firme, segura e confortável.	Não aplicável.
	5. Alteração de materiais de revestimento de patamares (intermédios, inferiores e superiores).	Adoção de materiais que apresentem uma superfície firme, segura e confortável.	Não aplicável.
	6. Alteração de corrimãos (altura, continuidade, paralelismo ao piso).	Cumprimento das normas técnicas constantes do Anexo do DL 163/2006, no que diz respeito à altura, continuidade e paralelismo dos corrimãos ao piso.	Supressão de corrimãos.

Proposta de alteração legislativa no domínio das acessibilidades

O Anexo da Portaria 301/2019, de 12 de setembro – Abordagens alternativas (N1)

	A — Ações admitidas	B — Medidas de compensação	C — Motivos de exclusão
	2. Supressão de vãos de porta e de passagem.	Não exige medidas de compensação.	Supressão de vão de acesso a percurso acessível.
Comunicações verticais do edifício ou habitação.	3. Aumento da diferença de cotas entre o pavimento exterior e o pavimento dos espaços de acesso à habitação ou edifício, contíguos à fachada.	Instalação de rampas de inclinação adequada à diferença de cotas ou de dispositivos mecânicos de elevação.	Não aplicável.
	4. Alteração de materiais de revestimento de escadas e/ou rampas.	Adoção de materiais que apresentem uma superfície firme, segura e confortável.	Não aplicável.
	5. Alteração de materiais de revestimento de patamares (intermédios, inferiores e superiores).	Adoção de materiais que apresentem uma superfície firme, segura e confortável.	Não aplicável.
	6. Alteração de corrimãos (altura, continuidade, paralelismo ao piso).	Cumprimento das normas técnicas constantes do Anexo do DL 163/2006, no que diz respeito à altura, continuidade e paralelismo dos corrimãos ao piso.	Supressão de corrimãos.

Notas Finais

- Falta de enquadramento legal adequado, até ao momento, para edifícios de habitação existentes
- Lacunas regulamentares (RERE, exceções do DL 163/2006) conduziram a situações de dispensa casuística das normas
- Necessidade de encontrar alternativa regulamentar no domínio das acessibilidades adequada à especificidade dos edifícios existentes

Notas Finais

- **Decreto-Lei 95/2019**: estabelece princípios orientadores para as intervenções de reabilitação fundamentais, altera Decreto-Lei 163/2006 e estabelece publicação de Portaria
- **Portaria 301/2019**: estabelece, no seu anexo, nova metodologia flexível e proporcionada
- **Nova metodologia**: Contribui para a melhoria da acessibilidade em todas as intervenções, reforça a importância do papel de projeto, define linhas orientadoras para o seu correto desenvolvimento



Seminário

O novo regime aplicável à reabilitação de edifícios e frações autónomas

Principais alterações introduzidas pelo
Decreto-Lei nº 95/2019

Segurança contra incêndios em edifícios

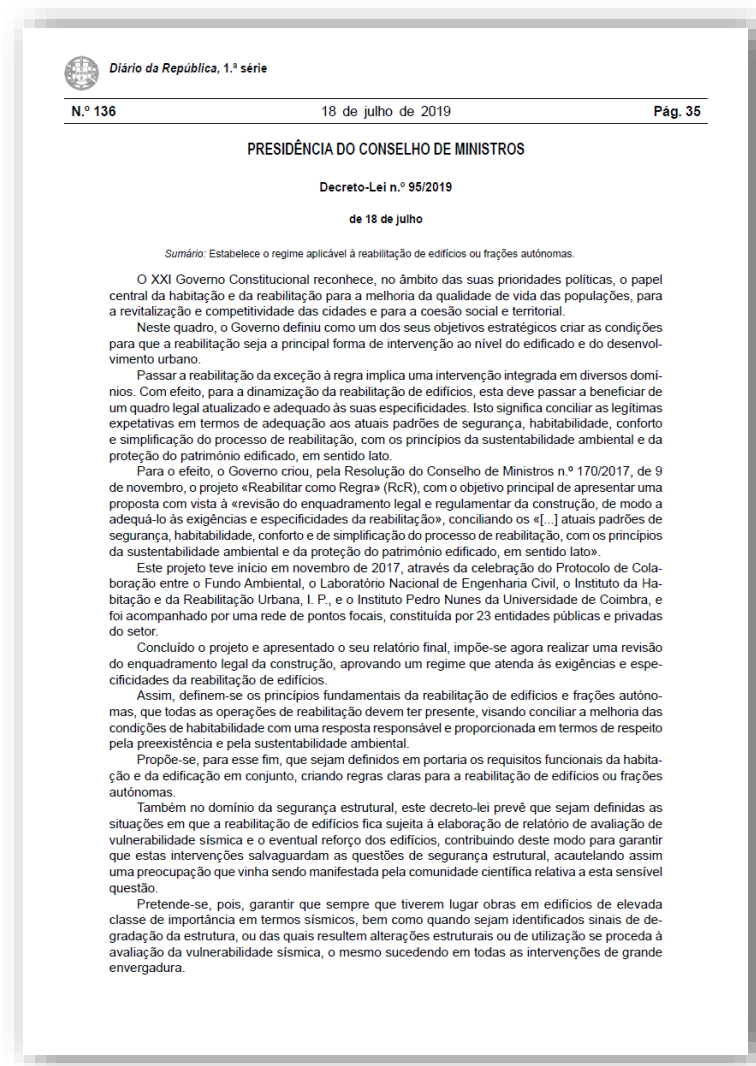
António Leça Coelho

Laboratório Nacional
de Engenharia Civil

Decreto-Lei nº 95/2019

→ Clarificou e densificou as situações em que é possível aplicar **métodos de verificação de segurança ao incêndio** na elaboração do projeto de reabilitação de edifícios

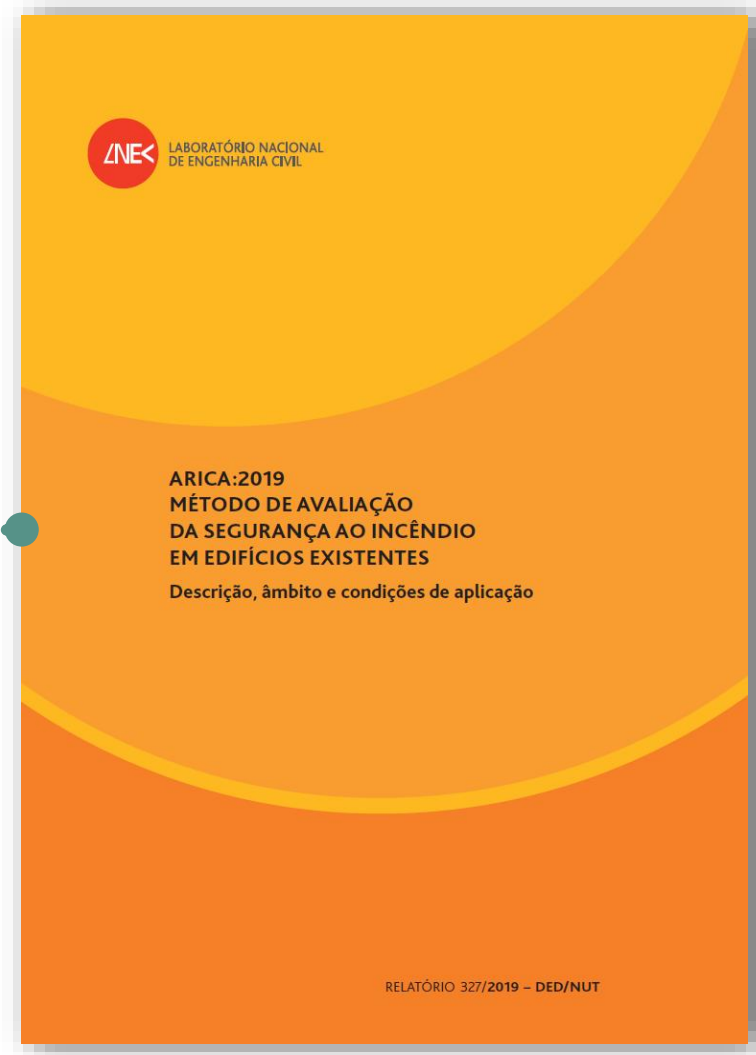
Esta possibilidade já estava prevista no DL nº 220/2008, através da redação conferida pelo DL nº 224/2015 (artigo 14º-A), mas carecia de **operacionalização**



Projeto de SIE

→ Cabe ao **projetista** determinar as medidas de SI a implementar no edifício, fundamentado na **memória descritiva** do projeto de SIE, e recorrendo a:

- Métodos de análise reconhecidos pela ANEPC, ou
- **Método publicado pelo LNEC**
Relatório nº 327/2019, disponível no repositório digital do LNEC em <http://repositorio.lnec.pt:8080/jspui/handle/123456789/1011804>





O ARICA:2019

**Método de avaliação da
segurança ao incêndio em edifícios existentes**
permite determinar o **nível de segurança ao incêndio**
de um edifício existente, **tendo por referencial**
a legislação em vigor

Antecedentes

- Foi desenvolvido originalmente no **LNEC** em 2004
- A primeira aplicação teve lugar no Plano Piloto de Luta Contra Incêndios e Segurança, em **Guimarães**
- Foi objeto de **estudos de investigação** dos quais resultaram diversos ajustamentos



Vocação

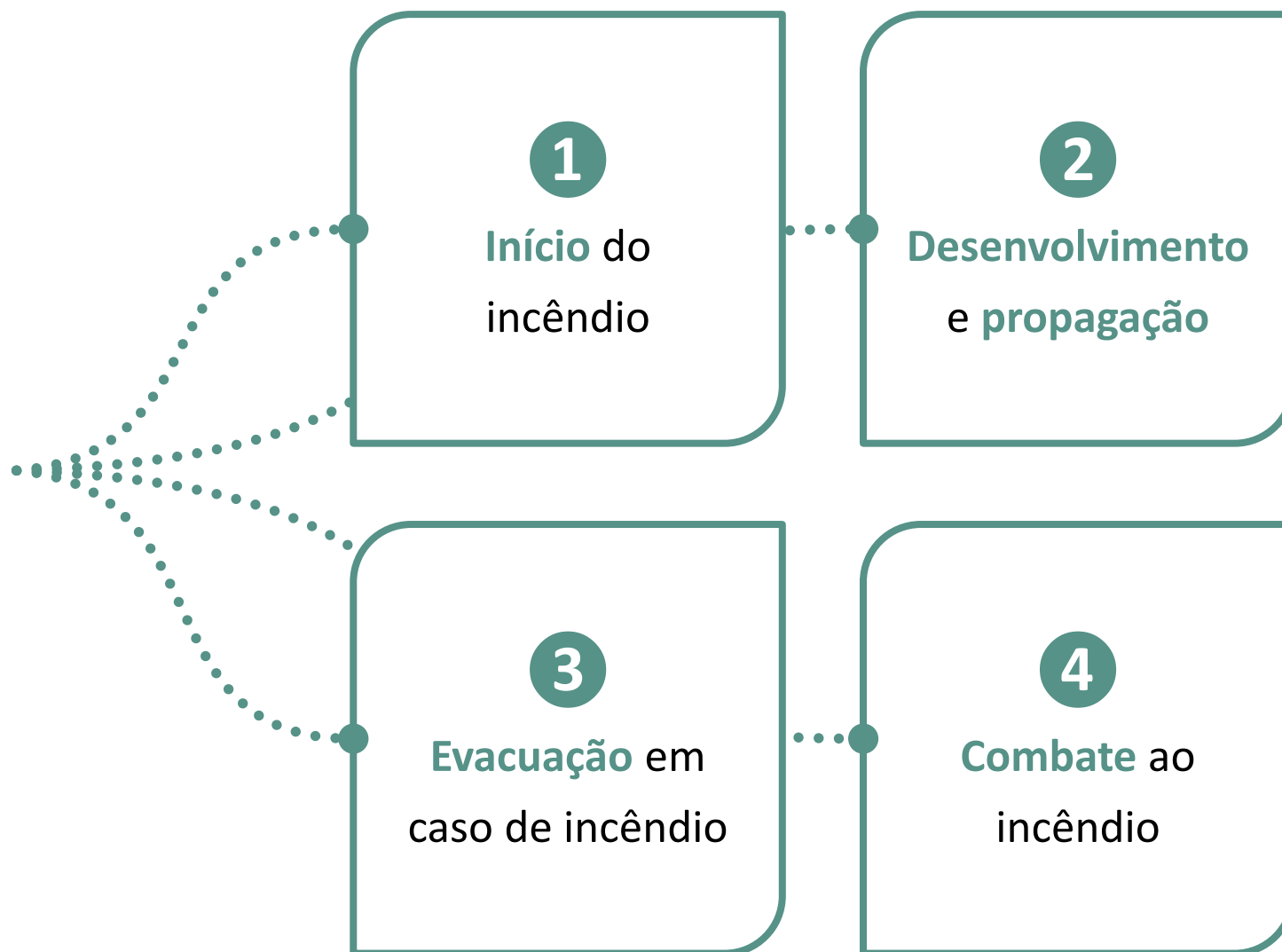
- A versão de 2019 resulta de um trabalho de reformulação que reorientou o método,
- da análise do **risco de incêndio** em centros urbanos antigos,
 - para a avaliação das **condições de segurança ao incêndio** de edifícios existentes, com vista a apoiar o projeto



Fatores globais

Regulamentação de Segurança ao incêndio

- Decreto-Lei nº 220/2008, de 12 de novembro, na sua redação atual
- Portaria nº 1532/2008, de 29 de dezembro, na sua redação atual
- Despacho nº 2074/2009, de 15 de janeiro



Exemplo de um fator ⁽¹⁾

O valor do fator relativo à **iluminação de emergência no local de risco** é o seguinte:

- | | |
|--------------|---|
| 1,40 | Vias de evacuação equipadas com iluminação de emergência, apesar da regulamentação não o exigir |
| 1,00 | Vias de evacuação equipadas com iluminação de emergência de acordo com o exigido na regulamentação |
| 0,80 | Vias de evacuação equipadas com iluminação de emergência que não está de acordo com o exigido na regulamentação |
| ----- | Vias de evacuação não equipadas com iluminação de emergência, mas a regulamentação também não o exige |
| 0,60 | Vias de evacuação não equipadas com iluminação de emergência, apesar da regulamentação o exigir |

Exemplo de um fator (2)

O valor do fator relativo à **inclinação das vias verticais de evacuação** é calculado pela equação seguinte:

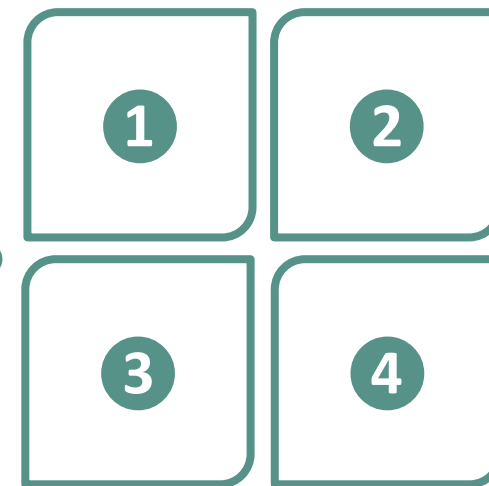
$$\begin{cases} FI_{VVE} = 1,50 & se\ I_{VVE} < 27 \\ FI_{VVE} = 0,001 \times I_{VVE}^2 - 0,123 \times I_{VVE} + 4,132 & se\ 27 \leq I_{VVE} \leq 60 \\ FI_{VVE} = 0,30 & se\ I_{VVE} > 60 \end{cases}$$

em que:

I_{VVE} – Inclinação da via vertical de evacuação (graus)

Cálculo

O **índice de segurança ao incêndio** (I_{SI}) é obtido pela média do desempenho obtido em cada um dos fatores globais



O resultado tem o seguinte significado:

- $I_{SI} > 1,0$ – Nível de segurança **superior** ao regulamentar
- $I_{SI} = 1,0$ – Nível de segurança **idêntico** ao regulamentar
- $I_{SI} < 1,0$ – Nível de segurança **inferior** ao regulamentar

Intervenções-tipo

- De acordo com a **profundidade** das alterações previstas, as intervenções são classificadas em tipo ①, ②, ③ ou ④ consoante as suas características em termos de SI (i.e., utilização-tipo, categoria de risco, locais de risco, número e largura das saídas dos locais de risco, efetivo dos locais de risco, vias de evacuação)
- As **exigências** de SI variam com a intervenção-tipo, sendo mais **elevadas** quanto mais **profunda** for a intervenção

Operacionalização

➔ Para apoiar a aplicação do método está a ser desenvolvida uma **folha de cálculo**, que:

- Organiza a informação
- Realiza os cálculos
- Produz o relatório

ARICA:2019
Método de avaliação da segurança ao incêndio em edifícios existentes

A. Identificação

Dono de obra	Valentim Valente Nunes da Costa Pereira	
Rua/Av.	Rua Tenente Coronel António Fagundes	Andar 2.º Esq.
Localidade	Local dos Pescadores	N.º/Lote 10
Freguesia	Vila Franca de Xira	
Código postal	1500-588 Vila Franca de Xira	

B. Características da intervenção

Extensão da intervenção	Parte do edifício	Altura do edifício	29
Tipo de intervenção	4	Tipo de intervenção de exceção destinado aos casos que não são enquadráveis em nenhum dos outros três tipos que exigem uma avaliação singular	

C. Resultados

Condições iniciais	Unidade de análise 1 (descrição 1)	0,54
	Índice de segurança ao incêndio	0,54
Condições de projeto	Unidade de análise 1 (descrição 1)	0,78
	Índice de segurança ao incêndio	0,78
	(I) Desempenho global mínimo (Is) >= 1,0	Não cumpre
	(II) Melhoria mínima (Não aplicável)	Não aplicável
		NÃO VERIFICA
Nesta intervenção tipo é verificado se foi cumprida a condição (I) e, em caso negativo, fundamentada, no campo de observações, a impossibilidade de verificação, total ou parcial, dos fatores e condições que compõem o método		

D. Observações

E. Técnico

Projetista	António Manuel da Costa Lopes Antunes Pereira	
Ordem	Ordem dos Arquitetos	n.º 88063
Assinatura		Data 12/12/2019

LNRC, ver 1.0
08/09/2019

Melhor

Benefícios

→ O **ARICA:2019** permite:

- Garantir um adequado nível de **segurança**
- Ultrapassar **condicionalismos** impostos pelas características dos edifícios
- Encontrar **soluções de projeto adequadas** a cada caso
- Agilizar o **processo de projeto**
- Promover a **economia** dos meios empregues nas obras

→ Como consequência, minimiza o impacte no **património** e no **ambiente**

Próximos passos...

O LNEC irá:

- Prosseguir a **investigação** no domínio da SI
- **Acompanhar** e **apoiar** a aplicação do método
- **Promover** ações de formação



ARICA:2019



Seminário

O novo regime aplicável à reabilitação de edifícios e frações autónomas

Principais alterações introduzidas pelo
Decreto-Lei nº 95/2019

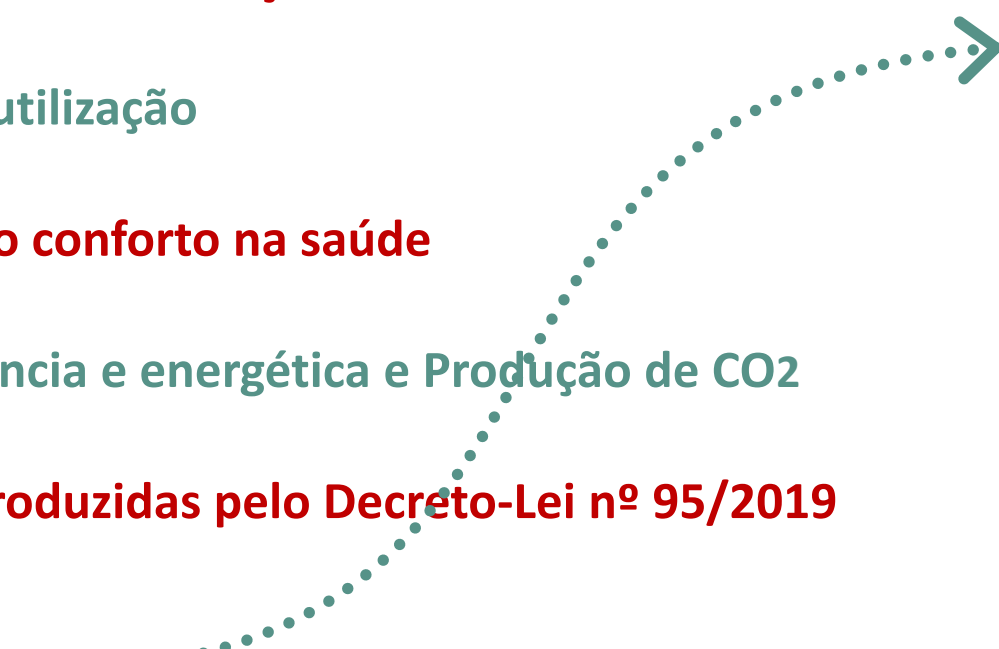
Comportamento térmico e eficiência energética

Vasco Peixoto de Freitas

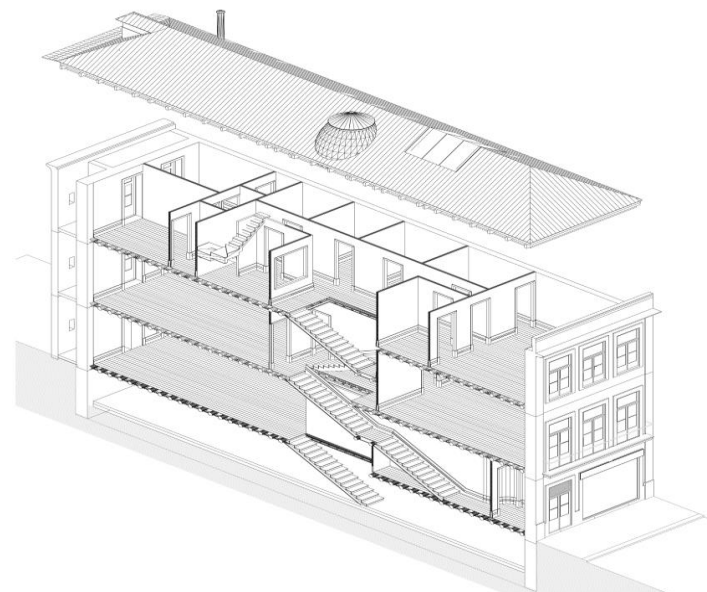
Faculdade de Engenharia
da Universidade do Porto

Decreto-Lei nº 95/2019 (TÉRMICA)

- **Especificidade da reabilitação de edifícios**
- Condições de utilização
- **Importância do conforto na saúde**
- **Diretiva, Eficiência e energética e Produção de CO2**
- **Alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 95/2019**
 - Princípios
 - Modelo
 - Prática

- 
1. Fundamentação
 2. Âmbito
 3. Alterações
 4. Tipo de edifício e custo da intervenção
 5. Metodologia
 6. Exigências

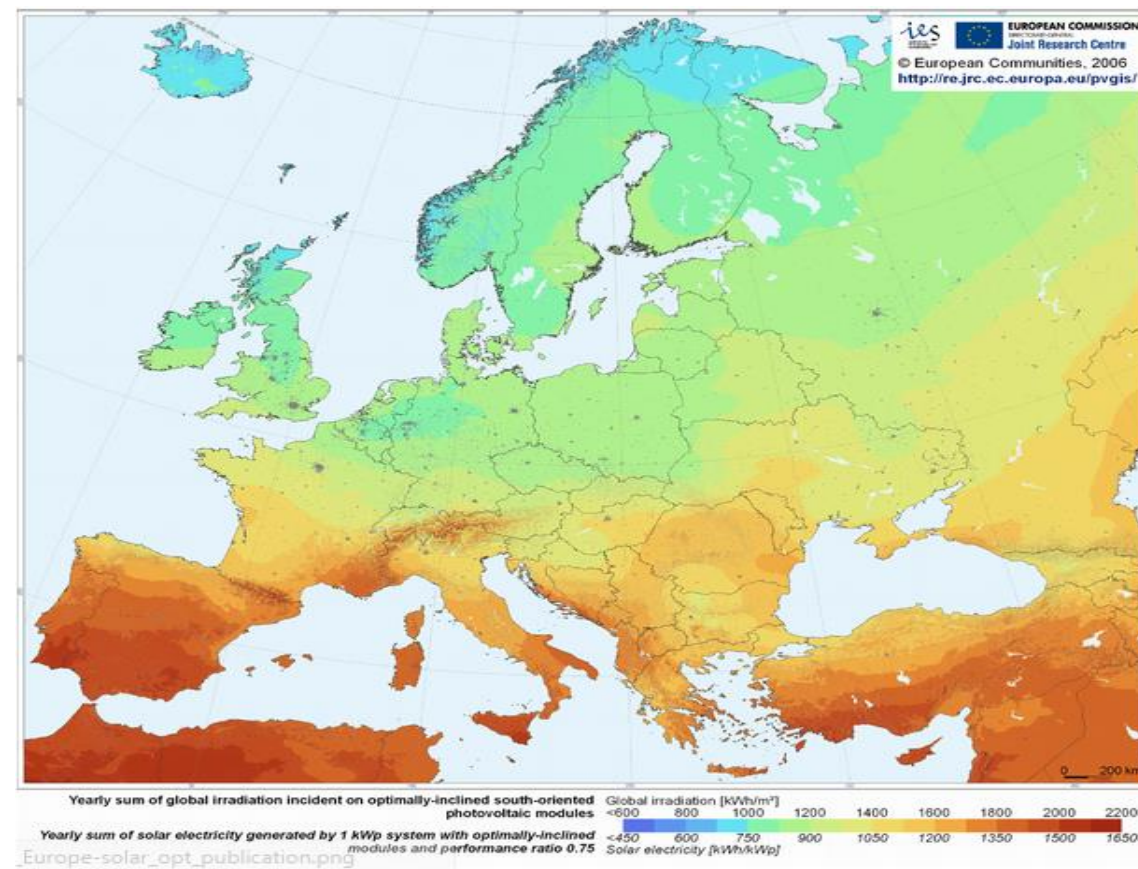
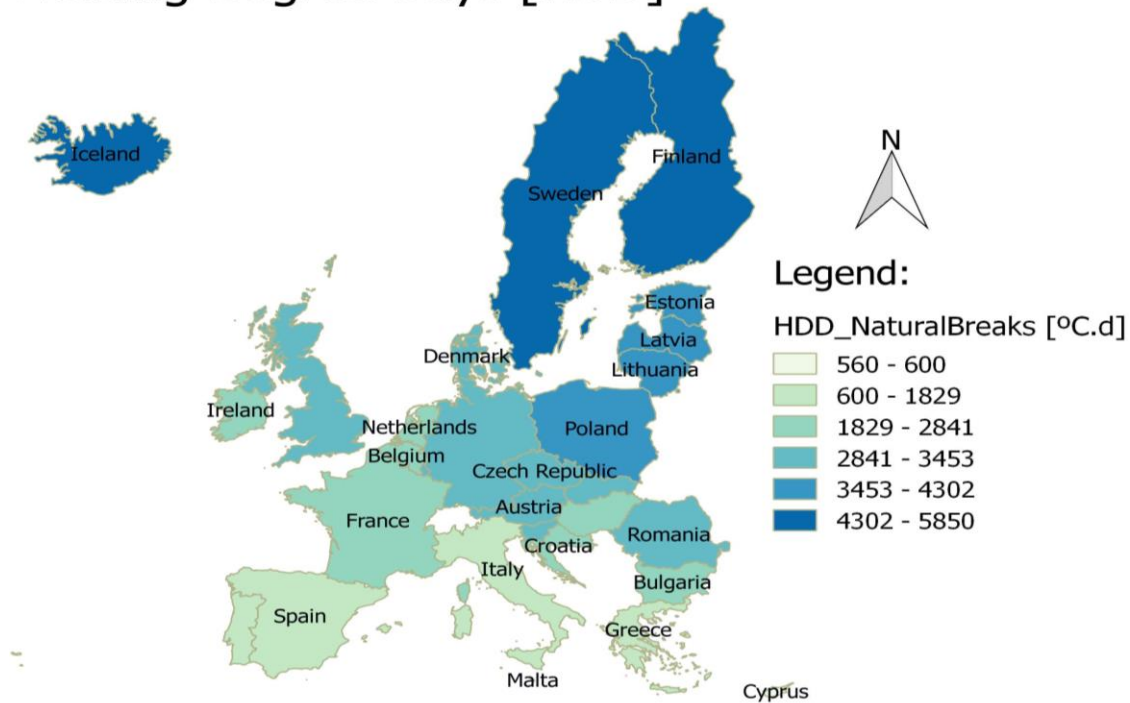
Reabilitação – Exige flexibilidade atendendo à diversidade



Atender às condições reais de utilização...

(Clima, rendimentos, custo da energia e hábitos culturais)

Heating Degree Days [HDD]

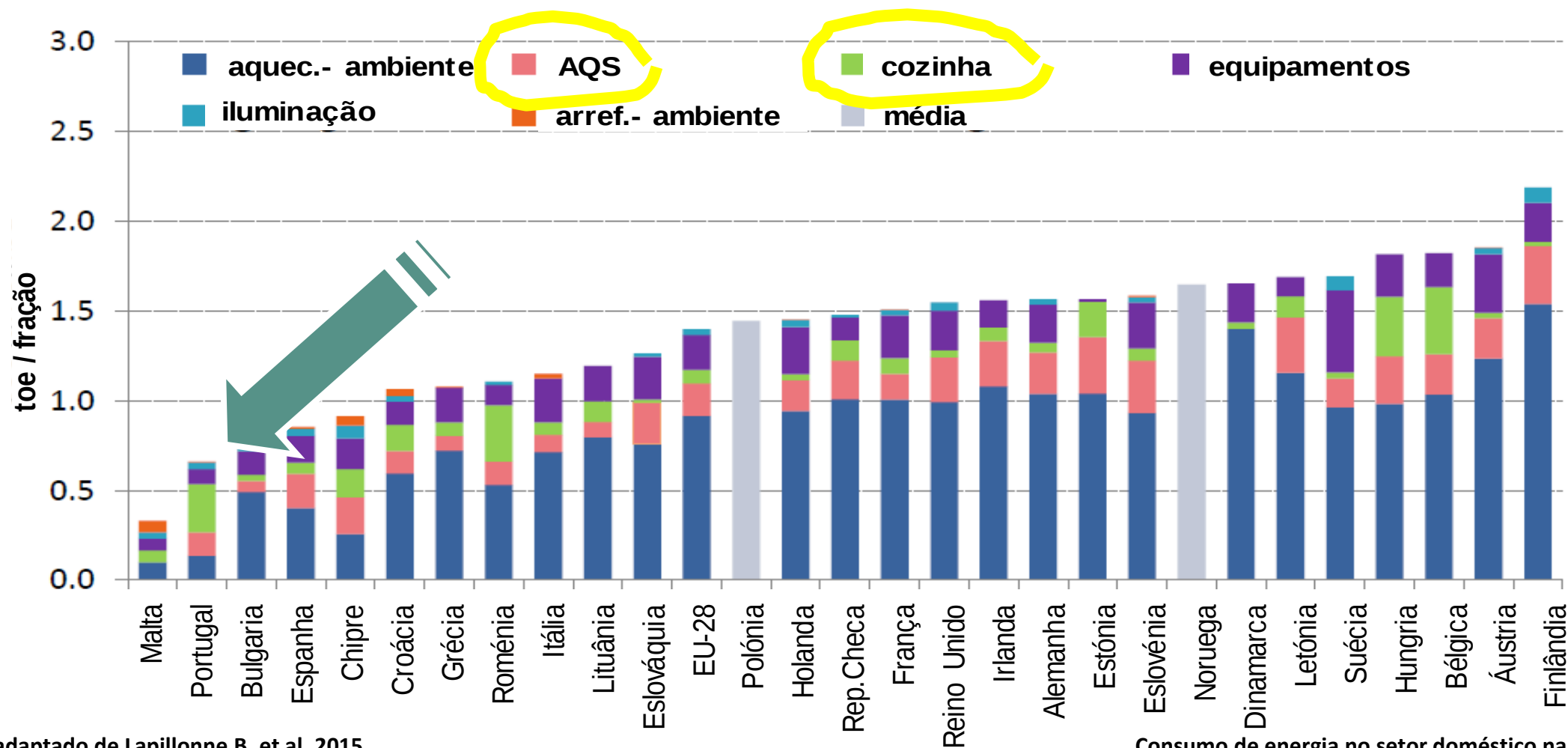


Hábitos culturais



Abertura diária e prolongadas das janelas

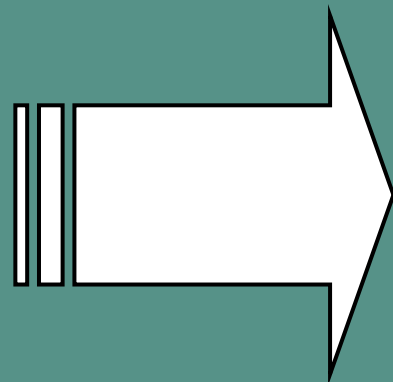
O que nos diferencia? (Repartição dos consumos)



Fonte: adaptado de Lapillonne B. et al. 2015

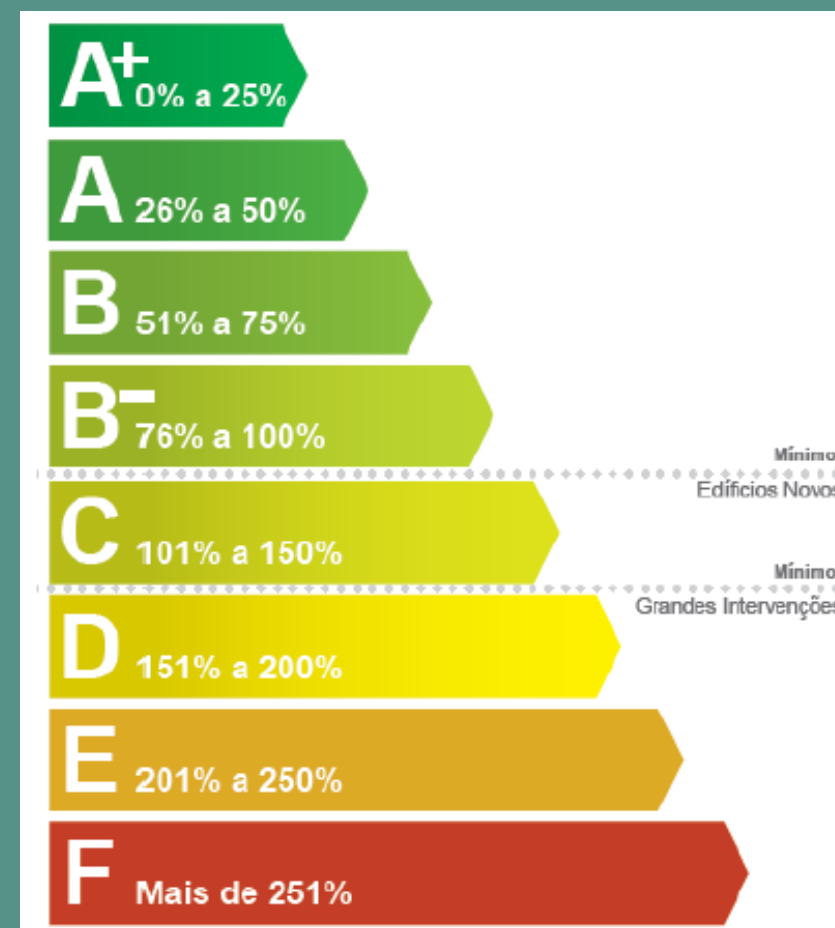
Consumo de energia no setor doméstico na UE (2012)

REABILITAÇÃO: Preservação e valorização da preexistência



Edifícios Novos

Classe Energética	Valor de R_{Nt}
A+	$R_{Nt} \leq 0,25$
A	$0,26 < R_{Nt} \leq 0,50$
B	$0,51 < R_{Nt} \leq 0,75$
B-	$0,76 < R_{Nt} \leq 1,00$
C	$1,01 < R_{Nt} \leq 1,50$
D	$1,51 < R_{Nt} \leq 2,00$
E	$2,01 < R_{Nt} \leq 2,50$
F	$R_{Nt} \geq 2,51$

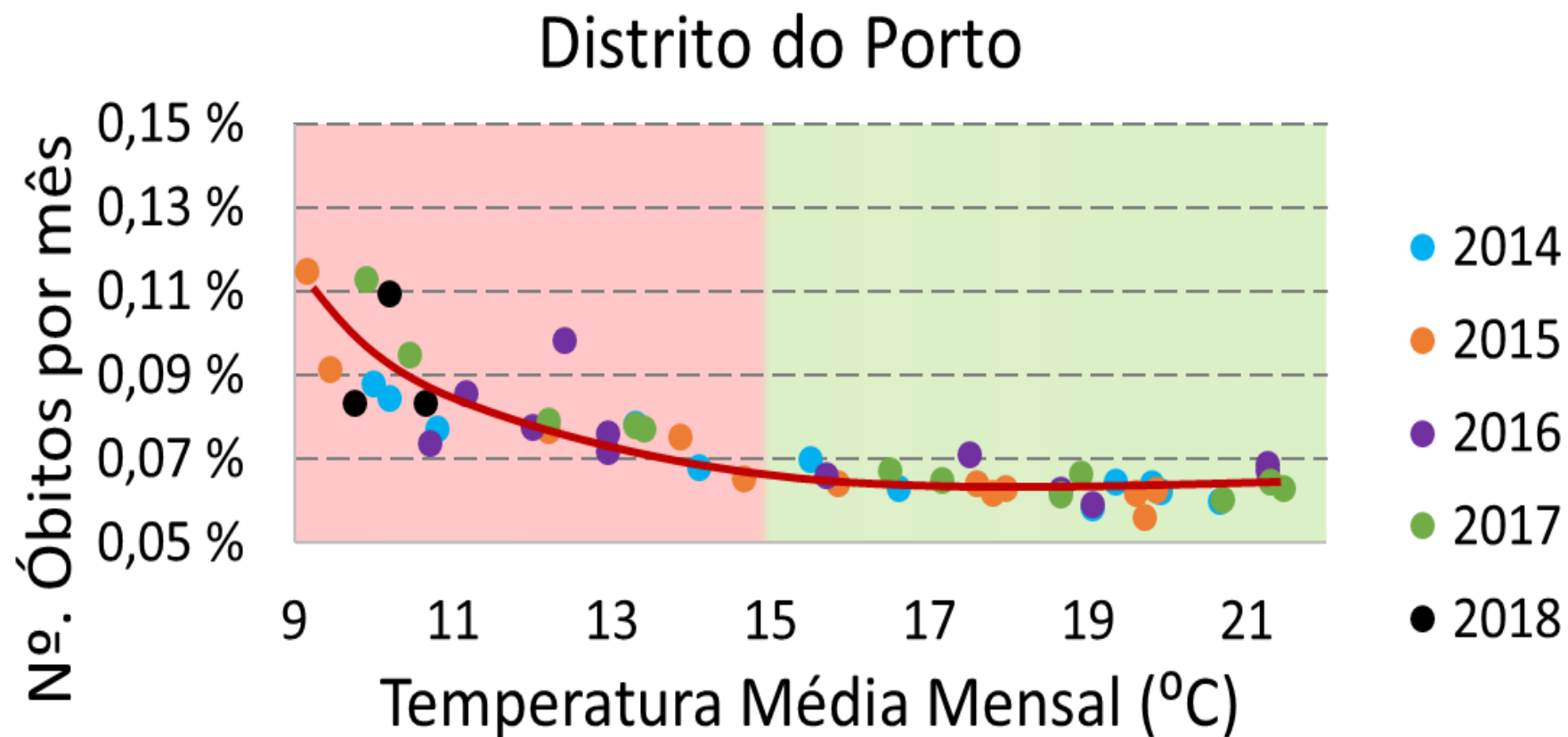


Conforto e Saúde

Riscos de
não aquecer,
não ventilar e
não isolar a
envolvente



Temperatura exterior média mensal vs Mortalidade



REABILITAÇÃO: Qualidade da envolvente e eficiência dos sistemas...



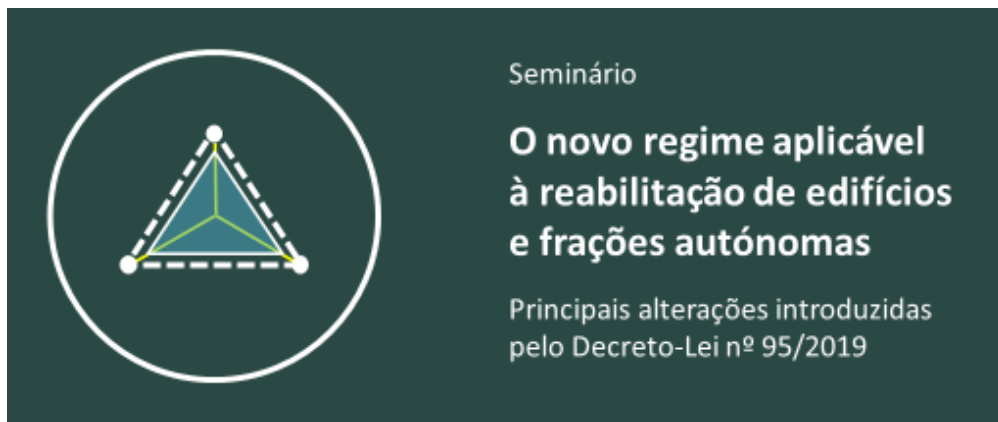
Necessidade de compatibilizar a preservação das fachadas com o conforto térmico e a eficiência energética



Eficiência energética dos equipamentos deve ser sempre otimizada



REH – SCE (Comportamento térmico e Eficiência energética)



- Preserva o modelo atual ajustando-o
- Aplicável a edifícios **anteriores a 1990**
- Predominantemente afetos ao uso habitacional (+50%)

→ Portaria nº 297/2019 (9 setembro)

→ Altera o Decreto-Lei nº 118/2013, de 20 de agosto

- **Nos casos previstos no nº 5 do artigo 28º e 29º e nº 1 do 30º**
- Revogação do RERU – 53/2014
- Entrada em vigor **15 de Novembro**

→ Portaria nº 303/2019, de 12 de setembro – Custos-padrão

Comportamento térmico e Eficiência energética

Fundamentação Da Excepcionalidade

Incompatibilidades



→ **Ordem Técnica**

→ **Ordem Funcional**

Princípios fundamentais da reabilitação de edifícios
(DL 95/2019)

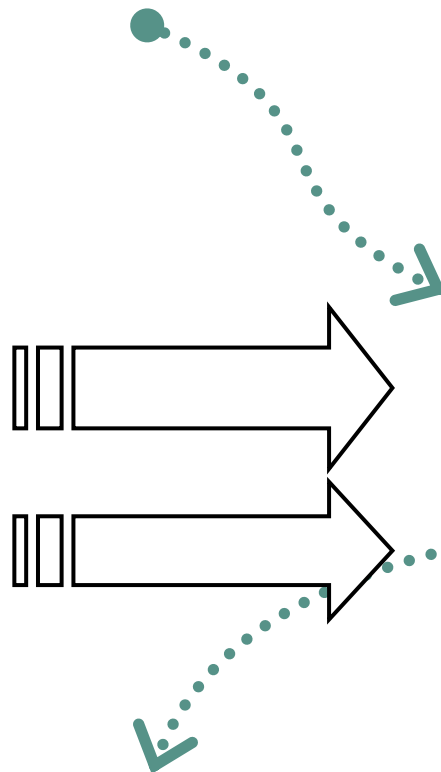
- Princípio da proteção e valorização do existente
- Princípio da sustentabilidade ambiental
- Princípio da melhoria proporcional e progressiva

JUSTIFICAÇÃO

Comportamento térmico e Eficiência energética – Princípio

Tipo de edifício e Custo da intervenção

→ Portaria nº 297/2019, de 9 de setembro



Tipo de operações de reabilitação em função do tipo de edifício e do custo da intervenção			
Nível de intervenção	Intervenções cujo custo C é < 25% do valor do edifício (*)	Custo (25% do valor do edifício(*) ≤ C < 300 Euros/m²)	Custo (C ≥ 300 Euros/m²)
Habitação unifamiliar	X	Y	Y
Habitação coletiva			Z

(*) Cfr. Artigo 2.º, alínea gg) do DL 118/2013.

→ Portaria nº 303/2019, de 12 de setembro – Custos-Padrão

METODOLOGIA – TIPO X

Limitar U

Limitar fator solar

Comportamento térmico e Eficiência energética – Princípio

Proteção solar – Conforto de Verão – Valores máximos admissíveis

→ Portaria 297/2019, de 9 de setembro

Quadro III

Valores máximos admissíveis de g_{Tmax}

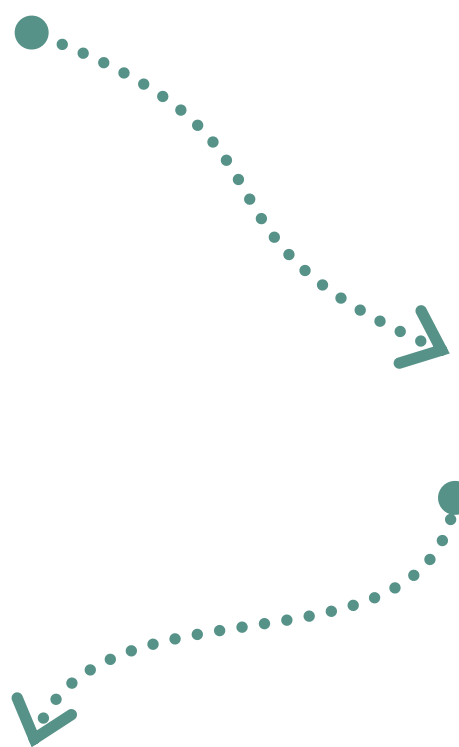
	V1 ⁽³⁾									
$A_{env}/A_{pav}^{(1)}$	<5%	≥5% - <15%			≥15% - <25%			≥25%		
Inérc/Orient ⁽²⁾	E-S-O	N	E-S	O	N	E-S	O	N	E-S	O
Fraca	0,40	0,40	0,20	0,20	0,40	0,15	0,15	0,40	0,10	0,10
Média	0,40	0,40	0,40	0,20	0,40	0,40	0,20	0,40	0,40	0,20
Forte	0,60	0,60	0,40	0,40	0,60	0,40	0,40	0,60	0,40	0,40

→ Zona climática – Relação área de envidraçado/área do compartimento Inércia térmica
– Orientação

Comportamento térmico e Eficiência energética – Princípio

Tipo de edifício e Custo da intervenção

→ Portaria 297/2019, de 9 de setembro



Tipo de operações de reabilitação em função do tipo de edifício e do custo da intervenção			
Nível de intervenção	Intervenções cujo custo C é < 25% do valor do edifício (*)	Custo (25% do valor do edifício(*) ≤ C < 300 Euros/m²)	Custo (C ≥ 300 Euros/m²)
Habitação unifamiliar	X	Y	Y
Habitação coletiva			Z

(*) Cfr. Artigo 2.º, alínea gg) do DL 118/2013.

→ Portaria nº 303/2019, de 12 de setembro – Custos-Padrão

METODOLOGIA – TIPO Y (Regras simplificadas do REH)

- Limitar U
- Limitar fator Solar
- N_{tc}/N_t menor do que 2,00
- Perdas térmicas (fator multiplicativo)
- Critérios mínimos de ventilação

Comportamento térmico e Eficiência energética – Princípio

Tipo de edifício e Custo da intervenção

→ Portaria 297/2019, de 9 de setembro



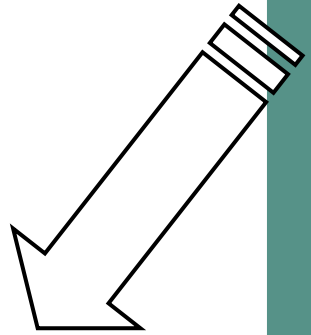
Nível de intervenção	Intervenções cujo custo C é < 25% do valor do edifício (*)	Custo (25% do valor do edifício(*) ≤ C < 300 Euros/m²)	Custo (C ≥ 300 Euros/m²)
Habitação unifamiliar	X	Y	Y
Habitação coletiva			Z

(*) Cfr. Artigo 2.º, alínea gg) do DL 118/2013.

→ Portaria nº 303/2019, de 12 de setembro – Custos-Padrão

METODOLOGIA – TIPO Z (Método de cálculo do REH com simplificações)

- Limitar U
- Limitar fator Solar
- N_{tc}/N_t menor do que 1,50
- Perdas térmicas (fator multiplicativo)
- Critérios mínimos de ventilação



REABILITAÇÃO: Flexibilizar - Conforto - Energética e ambiental





Seminário

O novo regime aplicável à reabilitação de edifícios e frações autónomas

Principais alterações introduzidas pelo
Decreto-Lei nº 95/2019

Comportamento acústico

Luís Godinho

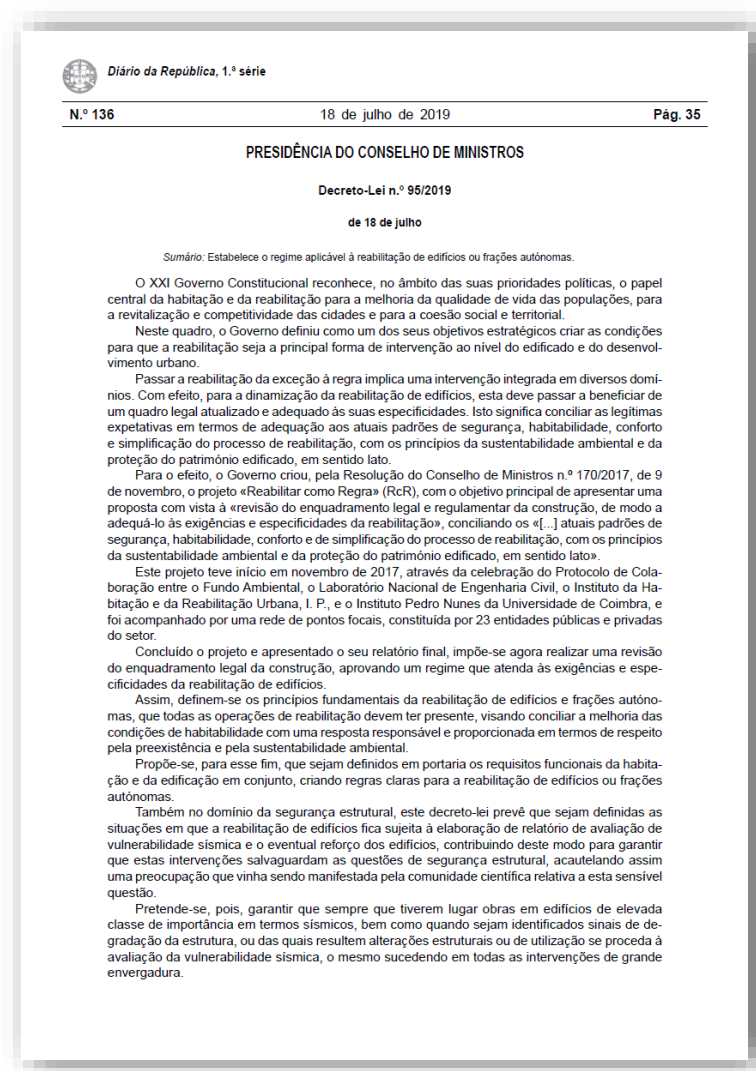
Departamento de Engenharia Civil
da Universidade de Coimbra

Decreto-Lei nº 95/2019

Comportamento acústico

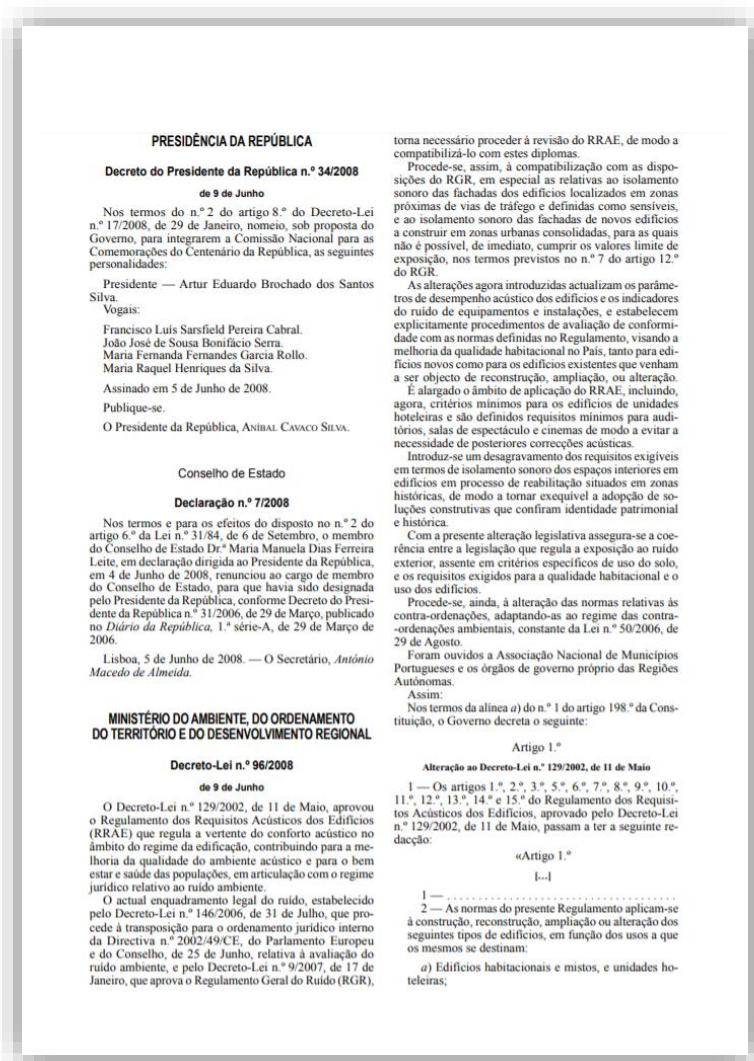
→ Conteúdos:

- Regulamentação em vigor
- Justificação para a alteração
- Princípios gerais
- Modificações introduzidas
- Principais ideias a destacar



Regulamentação em vigor

- O Decreto-Lei nº 129/2002 de 11 de maio representou um novo paradigma nas exigências de conforto acústico dos edifícios;
- A sua alteração através do Decreto-lei nº 96/2008, de 9 de junho, que se encontra em vigor, incorporou algumas alterações ao anterior (em termos dos indicadores utilizados, por exemplo), compatibilizando-o também com o Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 de janeiro (que aprova o Regulamento Geral do Ruído – RGR);
- Construções mais recentes, licenciadas no âmbito destes dois Decretos-Lei incorporaram já, no seu projeto e construção, preocupações de desempenho acústico compatíveis com esses Decretos-Lei.



Regulamentação em vigor

→ O DL nº 96/2008, de 9 de junho, previa a seguinte disposição no que respeita à reabilitação de edifícios, no seu artº 5º (edifícios de habitação):

“8 — Aos edifícios situados em zonas históricas que sejam objeto de ações de reabilitação, mantendo uma das vocações de uso previstas no presente artigo e a mesma identidade patrimonial, podem aplicar-se os requisitos constantes das alíneas b) a g) do nº 1, com uma tolerância de 3 dB.

b) O índice de isolamento sonoro a sons de condução aérea, $D_{nT,w}$ entre compartimentos de um fogo, como locais emissores, e quartos ou zonas de estar de outro fogo, como locais receptores, deve satisfazer o seguinte:

$$D_{nT,w} \geq 50 \text{ dB}$$

c) O índice de isolamento sonoro a sons de condução aérea, $D_{nT,w}$ entre locais de circulação comum do edifício, como locais emissores, e quartos ou zonas de estar dos fogos, como locais receptores, deve satisfazer o seguinte:

i) $D_{nT,w} \geq 48 \text{ dB}$;

ii) $D_{nT,w} \geq 40 \text{ dB}$, se o local emissor for um caminho de circulação vertical, quando o edifício seja servido por ascensores;

iii) $D_{nT,w} \geq 50 \text{ dB}$, se o local emissor for uma garagem de estacionamento automóvel;

d) O índice de isolamento sonoro a sons de condução aérea, $D_{nT,w}$ entre locais do edifício destinados a comércio, indústria, serviços ou diversão, como locais emissores, e quartos ou zonas de estar dos fogos, como locais receptores, deve satisfazer o seguinte:

$$D_{nT,w} \geq 58 \text{ dB}$$

e) No interior dos quartos ou zonas de estar dos fogos, como locais receptores, o índice de isolamento sonoro a sons de percussão, $L'_{nT,w}$ proveniente de uma percussão normalizada sobre pavimentos dos outros fogos ou de locais de circulação comum do edifício, como locais emissores, deve satisfazer o seguinte:

$$L'_{nT,w} \leq 60 \text{ dB}$$

f) A disposição estabelecida na alínea anterior não se aplica, se o local emissor for um caminho de circulação vertical, quando o edifício seja servido por ascensores;

g) No interior dos quartos ou zonas de estar dos fogos, como locais receptores, o índice de isolamento sonoro a sons de percussão, $L'_{nT,w}$ proveniente de uma percussão normalizada sobre pavimentos de locais do edifício destinados a comércio, indústria, serviços ou diversão, como locais emissores, deve satisfazer o seguinte:

$$L'_{nT,w} \leq 50 \text{ dB}$$

Porquê alterar o disposto no DL nº 96/2008, de 9 de junho?

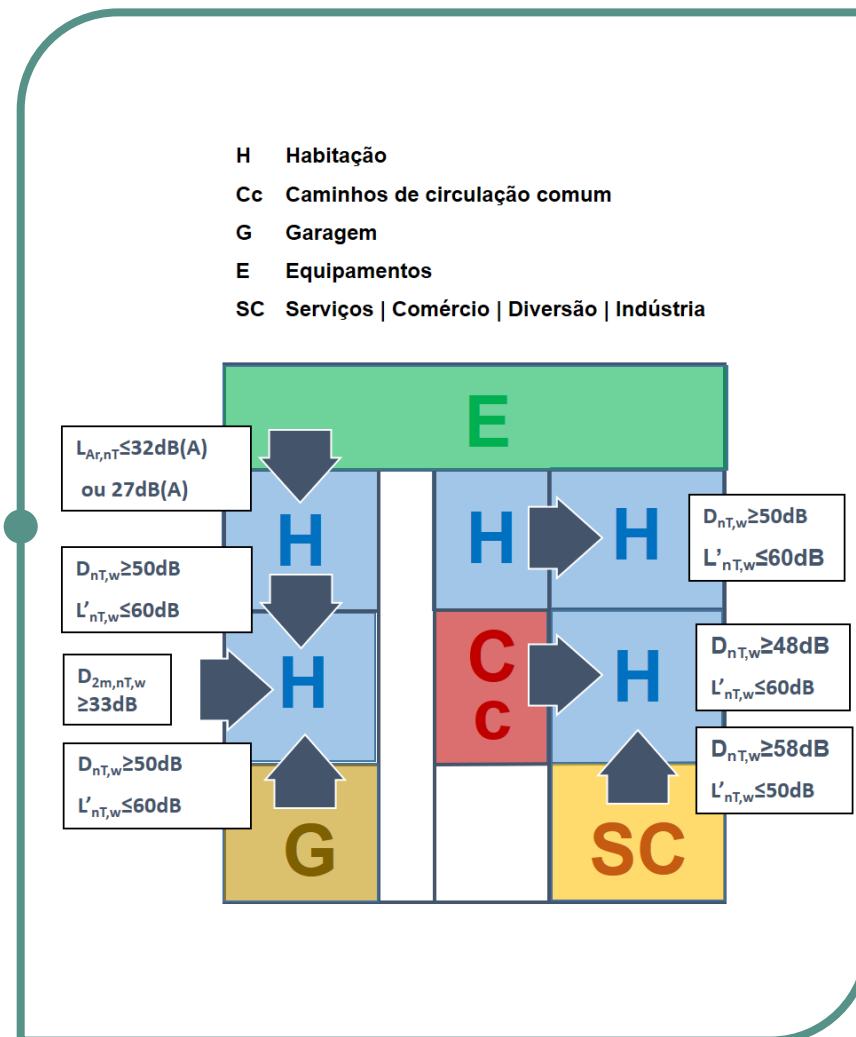
- Reconhece-se que com a publicação dos Decretos-Lei nº 129/2002 e 96/2008 surge uma nova forma de olhar para o desempenho acústico dos edifícios, obrigando os vários agentes a considerar o conforto acústico como uma das vertentes importantes no projeto e construção de edifícios;
- Esta preocupação esteve muito longe de ser considerada em épocas anteriores, e a falta de legislação (até 1987) ou a sua fraca aplicação (de 1987 a 2002) levou a que grande parte das edificações construídas não observassem qualquer preocupação de conforto acústico;
- As características construtivas e arquitectónicas dessas edificações tornam, em alguns casos, difícil a satisfação das exigências de desempenho acústico definidas neste Decreto-Lei.



Princípios orientadores para esta alteração

→ Fundamental:

- Manter os mesmos indicadores de desempenho acústico constantes na legislação atualmente em vigor, com os quais os projetistas e os laboratórios de ensaio se encontram já familiarizados, garantindo que não ocorre, neste contexto, uma rotura com os conceitos já estabilizados na comunidade técnica.



Princípios orientadores para esta alteração

- Considera-se que, em algumas situações, poderão não ser plenamente aplicados os requisitos acústicos exigidos a edifícios novos. Estabelecem-se como princípios orientadores:
- Garantir que as exigências de desempenho são apenas aplicadas a elementos intervencionados;
 - Nos edifícios não abrangidos pela regulamentação mais recente, poderão ser considerados desagravamentos em alguns parâmetros;
 - Alargar a possibilidade de preservar soluções existentes, pelo que em situações específicas, mediante justificação, poderá ocorrer um desagravamento adicional.

Uma vez que o completo cumprimento das exigências do DL 96/2008 pode revelar-se complexo e levar à substituição integral das soluções originais.

A preservação da pré-existência constitui, em muitas situações, uma preocupação fundamental das operações de reabilitação, que deve ser respeitada.

Implementação no novo regime

→ Âmbito de aplicação:

- **Aplicação a edifícios de habitação ou mistos (art. 5º do DL 96/2008);**
- **Preocupação fundamental de clarificar que apenas deve ser exigido o cumprimento de exigências de desempenho acústico a elementos alvo de reabilitação.**

“Nas obras em que seja aplicável a presente portaria, nos termos previstos nos nºs 8 e 9 do artigo 5º do Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios, aprovado pelo Decreto – Lei nº 129/2002, de 11 de maio, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 95/2019, 18 de julho, o isolamento sonoro das partes intervencionadas deve observar, como mínimo:...”

Implementação no novo regime

→ Princípios fundamentais:

- **Poderão ser considerados desagravamentos de 3 dB nos parâmetros referentes a elementos de compartimentação interiores entre frações do mesmo edifício ou de edifícios vizinhos;**
- **No caso de fachadas, considera-se também uma redução da exigência em 3 dB desde que se pretenda preservar caixilharia e/ou envidraçados existentes.**

“a) As exigências acústicas estabelecidas nas alíneas b) a g) do número 1 do artigo 5º do referido regulamento, com uma redução de 3 dB;

b) As exigências acústicas estabelecidas na alínea a) do número 1 do artigo 5º do referido regulamento, com uma redução de 3 dB, sempre que as intervenções ocorram em elementos de fachada e sem implicar a substituição dos elementos de caixilharia e/ou envidraçado existentes.”

Implementação no novo regime

→ Complementarmente:

- De modo a alargar a possibilidade de preservação da pré-existência, introduz-se um desagravamento adicional sempre que se pretenda a manutenção integral dos elementos originais do edifício intervencionado.

CONCRETIZAÇÃO:

“2 – Sempre que a intervenção de reabilitação de um elemento construtivo pressuponha a manutenção integral da solução pré-existente, e mediante a devida fundamentação, as exigências referidas na alínea a) do número anterior podem ter uma redução adicional de 2 dB.”

Implementação no novo regime

→ Complementarmente:

- **Reconhece-se que quando existam intervenções apenas relativas à substituição de equipamentos, sem intervenção nos elementos do edifício, se justifica o desagravamento da exigência do DL 96/2008 em 3 dB.**

CONCRETIZAÇÃO:

“3 – Sempre que não sejam realizadas intervenções nos elementos construtivos pré-existent, as exigências estabelecidas na alínea h) do número 1 do artigo 5º do regulamento referido no número 1 do presente artigo, relativas ao nível de ruído de equipamentos coletivos do edifício, podem ter uma redução de 3 dB(A).”

Implementação no novo regime

→ Apoio ao projeto:

- **Dada a clara dificuldade de previsão das transmissões marginais num contexto de reabilitação, propõem-se metodologias simples para a previsão destas transmissões em situações correntes para:**
 - **Sons aéreos;**
 - **Sons de percussão.**

Propõe-se a consideração de contribuições para as transmissões marginais:

- Entre 2dB e 4 dB para os sons aéreos para elementos com R_w inferior ou igual a 50dB
- Com base no método simplificado proposto na EN 12354-2 para o caso dos sons de percussão, conduzindo a valores entre 0 e 6 dB

Notas finais

- ➔ O paradigma adotado no novo regime aplicável à reabilitação de edifícios e frações autónomas procurou estabelecer um enquadramento mais adequado neste contexto, seguindo alguns princípios de base:
 - **Manter uma linha de continuidade com a lógica da legislação existente para edifícios novos;**
 - **Flexibilizar as exigências no contexto de reabilitação de edifícios/frações de habitação cuja construção original não se encontrava abrangida pelos DL 129/2002 e DL 96/2008;**
 - **Exigência de desempenho apenas aplicável a elementos alvo de intervenção, dando a possibilidade de melhoria progressiva e parcial de frações ou edifícios;**
 - **Alargar a possibilidade de preservação da pré-existência, desagravando as exigências em situações específicas.**



Seminário

O novo regime aplicável à reabilitação de edifícios e frações autónomas

Principais alterações introduzidas pelo
Decreto-Lei nº 95/2019

Segurança estrutural

José Manuel Catarino

Laboratório Nacional
de Engenharia Civil

Decreto-Lei nº 95/2019 – Segurança estrutural

- ➔ Prevê que sejam definidas as situações em que a reabilitação de edifícios fica sujeita à **elaboração de relatório de avaliação de vulnerabilidade sísmica** e o **eventual reforço dos edifícios**
 - Contribuindo para a garantia da segurança estrutural nestas intervenções
 - Preocupação manifestada pela comunidade científica
 - Portaria nº 302/2019 – DR de 12 de setembro

Decreto-Lei nº 95/2019 – Segurança estrutural

- Medidas em articulação com a **substituição dos Regulamentos Estruturais nacionais pelos Eurocódigos Estruturais**
 - Implica a revogação dos primeiros, integrada no presente DL
 - A consagração dos segundos (Despacho Normativo nº 21/2019)
- Esta alteração regulamentar é imprescindível para as medidas a adotar no domínio da vulnerabilidade sísmica
 - As ações e a metodologia de análise e reforço fazem parte dos eurocódigos

Decreto-Lei nº 95/2019 – Segurança estrutural – Artº 18º

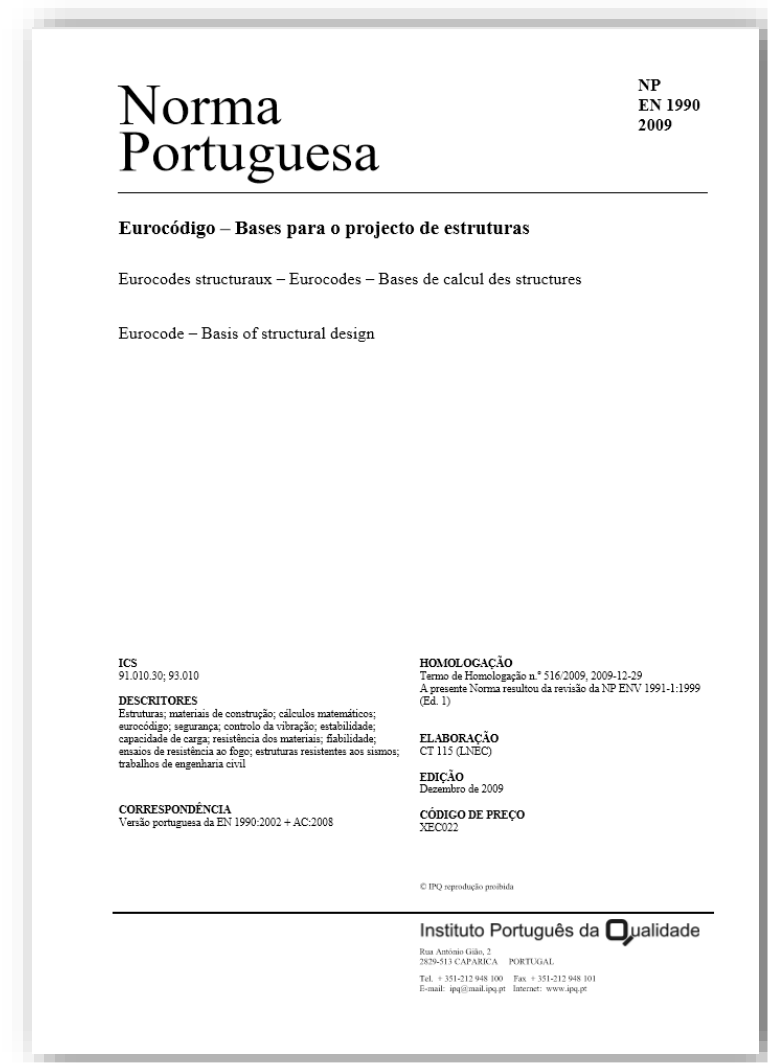
São revogados os seguintes regulamentos:

- **Regulamento de Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes**, na aplicação a estruturas para edifícios
- **Regulamento de Estruturas de Betão Armado e Pré-Esforçado**, na aplicação a estruturas de betão para edifícios
- **Regulamento de Estruturas de Aço para Edifícios**
- **Regulamento de Segurança das Construções Contra os Sismos**

Nota: o Despacho Normativo nº 21/2019 prevê um período de transição de 3 anos em que ainda podem ser utilizados estes regulamentos

Despacho Normativo nº 21/2019 – Eurocódigos Estruturais

- Estabelece as condições para a **utilização dos Eurocódigos Estruturais** nos projetos de estruturas de edifícios
- Inclui o Eurocódigo relativo à **resistência aos sismos** que tem uma parte relativa a **avaliação e reabilitação de edifícios existentes** (NP EN 1998-3)



Despacho Normativo nº 21/2019 – Eurocódigos Estruturais

- Na elaboração dos **projetos de estruturas para edifícios** devem ser cumpridas:
- NP EN 1990 – Bases para o projeto de estruturas
 - NP EN 1991-1-1 a 1-5 – Ações em estruturas (pesos, sobrecargas, fogo, vento e ações térmicas)
 - NP EN 1997-1 – Projeto geotécnico
 - NP EN 1998-1, 3 e 5 – Projeto de estruturas para resistência aos sismos (regras para edifícios, avaliação e reabilitação de edifícios, aspetos geotécnicos)

Despacho Normativo nº 21/2019 – Eurocódigos Estruturais

- Na elaboração dos **projetos de estruturas de betão** para edifícios devem ainda ser cumpridas:
 - NP EN 1992-1-1 e 1-2 – Projeto de estruturas de betão
(regras para edifícios e fogo)
- Na elaboração dos **projetos de estruturas de aço** para edifícios devem ainda ser cumpridas:
 - NP EN 1993-1-1, 1-2, 1-5, 1-8, 1-9, 1-10 – Projeto de estruturas de aço
(regras para edifícios e fogo, elementos de placas, ligações, fadiga e tenacidade)

Despacho Normativo nº 21/2019 – Eurocódigos Estruturais

- Haverá avisos em Diário da República com **atualizações** das listas de normas
- Período de transição – **três anos**, a contar da data de publicação do Despacho Normativo nº 21/2019
- Durante o período de transição **não é permitida**, num mesmo projeto de estruturas de edifícios de betão armado ou de aço, **a utilização simultânea** de partes dos Eurocódigos e da regulamentação anterior

Portaria nº 302/2019 – Vulnerabilidade sísmica

Estão sujeitas à elaboração de relatório de avaliação de vulnerabilidade sísmica do edifício as obras de ampliação, alteração ou reconstrução, sempre que se verifique uma das seguintes condições:

- Existência de **sinais evidentes de degradação** da estrutura
- Alteração do comportamento estrutural do edifício
- Área intervencionada **> 25% da área bruta de construção** do edifício
- Custo de construção **> 25% do custo de construção nova** de edifício equivalente

Portaria nº 302/2019 – Vulnerabilidade sísmica

- O relatório de vulnerabilidade sísmica do edifício é ainda **obrigatório**, no caso de edifícios das classes de importância III ou IV (NP EN1998-1 – escolas, salas de reunião, instituições culturais, hospitais, quartéis de bombeiros, centrais elétricas), sempre que se verifique alguma das situações previstas no número anterior, com **redução para 15%** dos limites de área e custo

Portaria nº 302/2019 – Vulnerabilidade sísmica

- Quando o relatório de vulnerabilidade sísmica do edifício concluir que este não satisfaz as exigências de segurança relativas a **90% da ação** definida na norma NP EN1998-3, é obrigatória a elaboração de projeto de reforço sísmico, ao abrigo da mesma norma

Tarefas cometidas ao LNEC

→ Na Portaria nº 302/2019 – Vulnerabilidade sísmica:

Compete ao LNEC a **publicação** ou **aprovação** de disposições construtivas ou métodos de análise expedita da vulnerabilidade sísmica que apoiem a elaboração do relatório de vulnerabilidade sísmica, para tipologias de edifícios, localizações e tipos de intervenção específicos

Tarefas cometidas ao LNEC

→ Avaliação da Segurança Sísmica de edifícios existentes em betão armado

Romain Ribeiro de Sousa

Alfredo Campos Costa

Aníbal Guimarães Costa

- No âmbito da colaboração LNEC-SPES
- Com envolvimento da comunidade científica



Tarefas cometidas ao LNEC

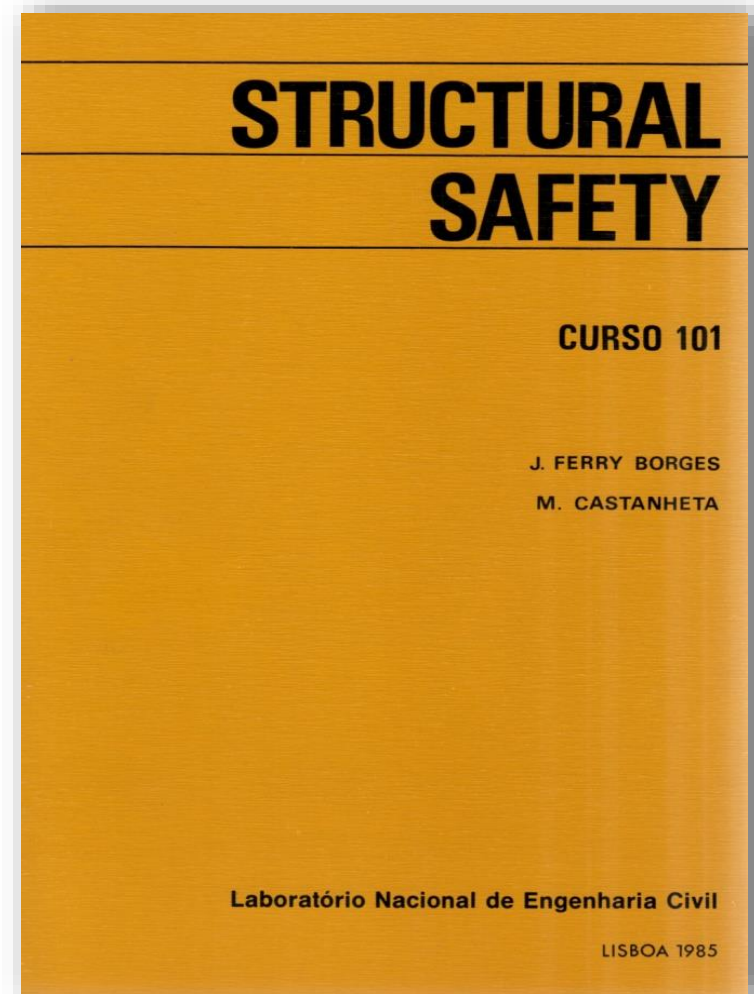
→ No Despacho Normativo nº 21/2019 – Eurocódigos Estruturais:

O LNEC, na qualidade de Organismo de Normalização Setorial no domínio dos Eurocódigos Estruturais (CT 115), procede à divulgação das atualizações que considerar necessárias das listas de normas mediante avisos a publicar no Diário da República

- Sairá em breve no DR (e portal do LNEC) o 1º aviso com uma dezena de alterações

Segurança estrutural – LNEC

- **Contributos do LNEC** para a segurança estrutural
 - Com trabalhos de investigação
 - Como ONS – CT 115, agregando contributos das universidades, projetistas e setor da construção
- Necessidade de **ações de formação** envolvendo diversos parceiros





Obrigado pela sua presença